

A imaginação do futuro. Saberes, experiências, alternativas

Colóquio de homenagem a
Boaventura de Sousa Santos



Aniversário
1978|2018

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

Programa



7 de novembro de 2018

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Sessões paralelas

Sala 3.1

Moderação: Luca Verzelloni

9h00-10h30

A Comunicação e as Epistemologias do Sul: metodologias para ver e ajudar a ver as ausências e as emergências

Inesita Soares de Araujo

Aprendendo e ensinando a ver o invisibilizado: Gênese, contornos e questões de uma linha de pesquisa sobre ausências e emergências

A apresentação objetiva trazer à cena questões epistemológicas, teóricas e metodológicas comuns aos demais apresentadores, formando um campo comum onde se conforma uma linha de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde, em nível de doutoramento. A linha, Comunicação e Desigualdade Social em Saúde, já existente há vários anos, incorporou a perspectiva dos estudos pós-coloniais após nosso estágio de pós-doutoramento no CES-Coimbra, sob a supervisão de Boaventura de Souza Santos, com um projeto que buscava aprofundar a compreensão das causas das desigualdades sociais e desenvolver possibilidades de pesquisa em Comunicação sob a égide das Epistemologias do Sul. O estágio resultou na formulação de um conjunto de procedimentos metodológicos de pesquisa em comunicação a ser desenvolvido em investigações com grupos sociais espoliados de todos seus direitos fundamentais. Desde então, a linha de pesquisa incorporou as premissas e análises desenvolvidas por Santos e concretizadas por essa metodologia, buscando conformação concreta em pesquisas nossas, mas também, em várias pesquisas de dissertação e tese por nós orientadas, com diferentes temas e sujeitos sociais. Os demais apresentadores trarão questões metodológicas específicas às suas pesquisas e sujeitos.

Aluízio Azevedo da Silva Júnior

Comunicação e as Epistemologias do Sul: o método fílmico como tradução intercultural entre comunidades ciganas de Brasil e Portugal

Esta comunicação se ancora num diálogo entre os estudos anticoloniais, via Epistemologias do Sul (Santos, 2016) e os Estudos Culturais e Estudos Semiológicos via modelo da Comunicação como Mercado Simbólico (Araujo, 2002). Tendo como eixos organizadores as desigualdades sociais e as mediações das políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em Portugal; apresentamos uma metodologia que utilizou o audiovisual como possibilidade de aplicação do conceito de Tradução Intercultural e Interpolítica (Santos, 2007 e 2017). Partindo da antropologia compartilhada (Jean Rouch), destacamos os desafios na aplicação de uma matriz fílmica baseada na Ecologia de Saberes entre conhecimentos científicos e conhecimentos ciganos. Comprovamos a pertinência da aplicação do conceito de Tradução para a produção de um conhecimento emancipatório e entre as inovações do nosso trabalho está a concretização do início de um intercâmbio de saberes entre os movimentos políticos ciganos brasileiro e português.

Marina Tarnowski Fasanello

Metodologias colaborativas, comunicação e alternativas na perspectiva das Epistemologias do Sul

Esta apresentação discute o desenvolvimento de pesquisas qualitativas tendo por referência a noção de metodologias colaborativas não extrativistas e sua relação com a comunicação. A comunicação é pensada aqui como um ciclo, um processo de produção, circulação e apropriação que é constituído por múltiplos e diversos interlocutores com desiguais poderes não só para produzir, mas também para fazer circular seus modos de ver as coisas da vida e do mundo. Tal ciclo compõe possíveis encontros e diálogos entre pessoas e grupos sociais com seus saberes, culturas e lutas por dignidade invisibilizados por processos ativamente produzidos de não existência ontológica e epistemológica. Parto de uma pesquisa de doutorado sobre a produção de documentários que articulam cineastas, movimentos sociais do campo, instituições e pesquisadores no campo da Saúde Coletiva em torno de dar visibilidade às lutas contra o uso de agrotóxicos enquanto um problema de saúde pública; e pela defesa da reforma agrária e da produção agrícola camponesa e agroecológica como alternativa de transformação social. A compreensão dessas estratégias implica também a construção de metodologias que permitam avançar na luta e na resistência que fortaleçam a autonomia das vozes subalternizadas, assim como em uma análise de narrativas como forma de concretização metodológica das Epistemologias do Sul. Incorporo a dimensão da comunicação e da arte para inspirar metodologias relacionais e processuais que produzam relatos significativos e conhecimentos enquanto ato de cocriação com o apoio da literatura oral.

10h30-11h00 Intervalo para café

Moderação: Luca Verzelloni

11h00-12h30

As favelas e periferias e o seu lugar na cidade e no mundo contemporâneo: dialogando com o pensamento de Boaventura de Sousa Santos

Alex Ferreira Magalhães

O “Direito de Pasárgada” revisitado: as formas de regulação da propriedade fundiária em favelas e periferias e as suas recentes transformações

Comunicação que busca resgatar e atualizar a reflexão desenvolvida desde a seminal tese de Boaventura Santos (Yale, 1973), a respeito das práticas e estruturas jurídicas observáveis nas favelas, e em outros territórios assemelhados, voltando-se, em particular, às formas de regulação da propriedade da terra que nelas vigoram. Durante longo período, a reflexão a respeito de tal questão foi desenvolvida, predominantemente, sob a chave de leitura das teorias do pluralismo jurídico, que acentuam o caráter instituinte das práticas regulatórias adotadas pelos segmentos marginalizados, vendo nelas um fenômeno alheio ao mundo estatal (ou instituído), representando uma forma de gestão territorial, e de prevenção e administração de conflitos, diretamente decorrente das dinâmicas de segregação socioespacial, que condenam as favelas a um confinamento à ilegalidade. No entanto, no caso brasileiro - e, provavelmente, em outros ao redor do mundo - tal abordagem viu-se profundamente afetada pela redemocratização e por outros processos sociais, espaciais e jurídicos, que alteraram esse arranjo de modo estrutural, a exemplo das experiências de urbanização e regularização de favelas, que trazem objetivos como o de integrar esses espaços à chamada 'cidade formal'. Diante disto, buscamos refletir a respeito dos impactos jurídicos de tais experiências, analisando como elas interferem no fenômeno da regulação das favelas, especialmente nos processos de formalização da propriedade do solo, seu uso e exercício de direitos construtivos. Com eles, o Estado chama a si a regulação das favelas, historicamente negligenciada - ou, mais propriamente, exercida com um sentido de mera negação e repressão de sua existência na cidade - e, logo, deixada substancialmente aos esforços individuais e coletivos dos seus próprios moradores e organizações internas, tal como sucede

com amplos aspectos da reprodução das classes marginalizadas. Uma vez que as favelas estão longe de se configurar como locais anômicos, desregulados ou caóticos, mas constituem territórios onde vigora um complexo e pouco conhecido ordenamento urbanístico, sequer classificável como ‘informal’, o advento de tais intervenções urbanas possui o efeito de fazer recrudescer um conflito regulatório, marcado pelo entrechoque de várias fontes de normatividade, objeto último de nossa reflexão. Buscaremos, em suma, apresentar um quadro das transformações ocorridas nas relações desenvolvidas entre as grandes matrizes de juridicidade que lutam por se estabelecer nos espaços favelizados, definindo formas determinadas de dominação e de regulação de referidos espaços.

Tatiana Moura

Masculinidades e não violência nas periferias: um estudo sobre o Rio de Janeiro

Os homens são na sua maioria os perpetradores da violência armada letal no Rio de Janeiro e em outras cidades da América Latina, caracterizadas por índices elevados e crônicos de violência urbana; são também as suas principais vítimas, seja de homicídio ou de outras formas diretas de violência armada. Normas hipermasculinas que encorajam a violência são uma característica comum aos vários grupos armados no Brasil, incluindo as facções do tráfico de drogas, milícias e forças policiais. Estas normas dominantes são construídas de forma precoce, durante a socialização dos meninos, e continuam a ser reforçadas à medida que os homens jovens são expostos a grupos armados e vivem em contextos marcados pela violência e por vulnerabilidades cruzadas e acumuladas. Entender essas normas e as vidas desses homens constitui um ponto de partida para pensar estratégias de resposta à violência urbana. As normas sociais moldam, globalmente, o que significa ser um ‘homem de verdade’. Estas noções tendem a reforçar e encorajar atitudes e comportamentos violentos. A socialização de gênero de homens e meninos produz vulnerabilidades que têm múltiplas repercussões para mulheres, crianças e para os próprios homens (enquanto perpetradores e vítimas de violência). Os riscos multiplicam-se quando a violência interage entre a esfera pública e a esfera íntima ou familiar. Neste contexto esta comunicação pretende analisar o que leva alguns integrantes de facções de tráfico de drogas ou de forças policiais a diminuir ou a pôr fim ao uso da violência, subvertendo e desafiando essas normas hipermasculinas? Que fatores promovem a adoção por parte dos homens de trajetórias não violentas e que papéis desempenham os seus familiares? Como é que ultrapassam as vulnerabilidades que perpetuam ciclos intergeracionais e público-privados de violência urbana?

Jorge Barbosa

Territórios populares na cena da cultura urbana contemporânea: estéticas de atitude na construção do direito à cidade

A pluralidade das culturas urbanas resulta de cenários de trocas simbólicas e da existência de diferentes redes de sociabilidade. Todavia, como afirmar a cultura como plural em espaços urbanos ordenados em regimes de desigualdade social? Para enfrentar esse desafio é preciso mobilizar potências de compartilhamento de símbolos, linguagens, costumes e práticas que nos fazem seres plenos no mundo, sobretudo quando se considera que as existências sociais são culturalmente construídas em espaços-tempos demarcados: o território. O território guarda os investimentos mais recônditos de nossas vidas e, ao mesmo tempo, contribui para exteriorizar os significados de uma dada cultura. No território estão as cristalizações de símbolos, memórias e valores que encarnam o sentido da cultura. E, por meio da apropriação do território que se geram usos e estilos, combinando maneiras de fazer e invenções do saber inscritos em posições, disposições e recepções culturais socialmente construídas. Podemos afirmar, aludindo Boaventura Santos, que o território é uma residência de ecologia de saberes. Embora reúna e produza

signos marcadores da cultura urbana, as favelas são ainda consideradas como territórios carentes, sem ordem, sem lei e sem civilidade. Tais expressões são redutoras da vida social das favelas e, de modo mais incisivo, do não reconhecimento da pluralidade cultural das favelas. Isso porque ainda prevalece em relação a esses territórios urbanos e seus moradores uma representação paradigmática dominada por pressupostos centrados na pretensa carência dos saberes e dos fazeres, associada à visão dominante preconceituosa sobre seus habitantes. Apesar dos estigmas da pobreza e da violência que ainda marcam as favelas, é inegável o reconhecimento da riqueza de suas expressões estéticas como modos significativos de apresentar sua pluralidade cultural e, com isso, afirmar sua legítima existência na cidade. Embora não sejam marcadas por uma elaboração nos padrões dominantes de cultura, as riquezas dos universos simbólicos elaborados nas favelas geram produções subjetivas e coletivas que permitem a construção de pertencimentos em complexas redes de sociabilidade inscritas nesses territórios. As favelas se constituem, portanto, como patrimônios culturais materiais e imateriais da criação e renovação da cena urbana, assim como explicitam estéticas de atitude que afirmam sujeitos invisibilizados em sua luta de afirmação de Direitos à Cidade.

Fernando Fernandes

Por uma epistemologia periférica: o saber e o fazer das favelas

O objetivo desta apresentação é apresentar um modelo reflexivo que apresente as favelas em uma perspectiva epistemológica, dialogando com a noção de ‘ecologia dos saberes’, segundo o qual os saberes (e fazeres) produzidos nas periferias urbanas brasileiras seja pensado como potência. A noção de potência emerge como um conceito positivo e afirmativo do lugar social e simbólico das periferias, e tem como premissa o reconhecimento do habitus periférico em sua legitimidade. Com efeito, a apresentação buscara refletir sobre diálogos possíveis entre o pensamento de Boaventura de Sousa Santos, e conceitos desenvolvidos por Pierre Bourdieu, em particular no que se refere ao conceito de violência simbólica e sua relação com o que Santos (1997) chamou de ‘justiça epistemológica’.

12h30-14h00 Intervalo para almoço

Moderação: Madalena Duarte

14h00-15h30

Ativismos e Políticas Públicas LGBT no Brasil: As contribuições de Boaventura de Sousa Santos para experiências teóricas e práticas

Sérgio Antônio Silva Rêgo

As contribuições dos feminismos para lutas coletivas: Um Encontro com as Epistemologias do Sul

A socialização de saberes sobre os movimentos feministas são efetivamente ações que propõem transformação de suas realidades. Através de intervenções procuram a realização de uma nova consciência de sociedade, onde uma educação não-sexista seja presença concreta no cotidiano, mediante a introdução de saberes do Sul (Santos; Meneses, 2009). A diversidade faz parte dessa agenda anticonservadora que procura propor, garantindo, mediante políticas públicas, que o exercício democrático seja executado. Percebemos a emergência em se criar novos conceitos democráticos que podem ser aprendidos com as práticas exercidas no Sul (Santos; Mendes, 2017). Para tal, resgatar experiências torna-se condição para esse efeito. O feminismo latino-americano introduz novos olhares (Gargallo, 2006), a partir do uso de metodologias feministas (Castañeda, 2008). Destarte, o ato de compartilhar esses saberes pode fomentar outras discussões e novas construções, amplificando com isso a atuação e sua militância.

Allene Carvalho Lage

As contribuições de Boaventura de Sousa Santos para Produção de Conhecimento sobre Ativismos LGBT e das Mulheres na área de Direitos Humanos no Brasil

A participação na mesa focará na análise das contribuições teóricas de Boaventura de Sousa Santos na produção de conhecimento popular e científico que tenha como objeto de estudo políticas públicas e Ativismos LGBT no Brasil, bem como, as contribuições do Método do Caso Alargado para tais estudos. No período de 2005 a 2014, o Brasil experimentou ampliação da democracia, o que possibilitou o surgimento de novos espaços participativos e instrumentos de participação como as conferências, conselhos e organismos de Políticas Públicas para segmentos historicamente excluídos, dentre os quais a população LGBT. Esse fenômeno, decorreu da ampliação do Movimento LGBT a partir da redemocratização iniciada nos anos 1980, tendo as produções acadêmicas grande influência sobre esse processo, sobretudo os estudos feministas latino-americanos que tem sido uma destacada fonte teórica das pesquisas que se debruçam sobre Ativismos LGBT no Brasil. Além disso, as contribuições de Boaventura de Sousa Santos ao debater a ciência e a produção do conhecimento, tem sido relevantes referências na produção dessas pesquisas.

Andrezza Rodrigues Nogueira

Gênero, movimentos sociais e políticas públicas: a ação coletiva diante dos desafios na arena pública institucional

As políticas públicas de gênero e sexualidade resultam de um intenso e complexo processo de disputas envolvendo diversos atores políticos e sociais. Esse desenvolvimento foi impulsionado pelo crescimento dos Movimentos Feminista e LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) na década de 1970. A inclusão dos temas de gênero e sexualidade nos sistemas políticos é controversa porque ambos foram historicamente definidos como aspectos inerentes da vida privada. A manutenção dessas categorias afastadas da esfera pública serviu a interesses políticos específicos de controle e manutenção da ordem social orientados por uma lógica binária e hierárquica, representada pelo sexismo e pela heteronormatividade. Atualmente, há tendências globais em favor de normas democráticas e proteção dos direitos humanos que orientam os países a fornecer direitos iguais para os/as cidadãos/ãs. Essas mudanças criam janelas de oportunidade para ação coletiva e a transformação social.

Elba Ravane Alves Amorim

As experiências de Políticas Públicas LGBT no Brasil

A participação na mesa focará na reflexão sobre o processo de implementação das políticas públicas voltadas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Essa implementação foi marcada no Brasil pela pressão dos movimentos sociais, a visibilização da pauta na agenda pública e institucionalização de organismos de políticas públicas no âmbito local a partir do alinhamento dos governos locais com a política nacional. No Brasil, até 2014, havia uma crescente evolução de políticas públicas específicas voltadas para a população LGBT, as demandas oriundas do ativismo LGBT eram direcionadas para governos municipais, estaduais e federal. No campo da saúde, com efeito, a cobrança social pela diminuição de dos índices de infecções do HIV/AIDS, a pressão por programas educativos que intervenham em relações homofóbicas nas escolas, a reivindicação por um país com mais segurança pública, a elaboração de leis e outros instrumentos legais, demonstram que o Movimento LGBT tem visto no Estado uma alternativa para regulação e reparação de injustiças históricas, bem como promoção da igualdade. Os governos brasileiros criaram canais de diálogo entre a administração pública e

ativistas LGBT, a exemplo de Conferências, Fóruns, Conselhos e Ouvidorias, tais instrumentos foram fortemente inspirados pela democracia participativa.

Moderação: Madalena Duarte

15h30-17h00

Epistemologías indígenas en las luchas por la tierra y los territorios

Begoña Dorronsoro

Traficantes de la Pachamama y otros extractivismos

Las invasiones coloniales supusieron el inicio de los extractivismos en sus diversas formas apropiándose de los recursos, tierras y territorios, e incluso de los propios cuerpos de hombres y mujeres indígenas de todo el mundo. Infravaloraron sus conocimientos han sido infravalorados y casi los extinguieron en auténticos epistemicidios como señala Boaventura de Sousa Santos (2004) mediante la imposición de las ciencias eurocéntricas occidentalizadas y su autopromoción como únicos saberes legítimos y verdaderos. Sin embargo cuando estos mismos conocimientos indígenas en torno a algunas plantas, hongos y animales generaban un mayor interés para las corporaciones transnacionales agroquímicas y farmacéuticas, estos se convirtieron también en objeto de extractivismo (biopiratería) para obtener inmensos beneficios a través de patentes que no revertían en las comunidades de origen. A través de formas neocoloniales de apropiación cultural y con acercamientos exotizantes sobre la pachamama y el buen vivir como términos a la moda, se vulnerabiliza aún más a los pueblos indígenas y sus territorios que desde hace tiempo ya son disputados por la ambición occidental para obtener recursos mineros y petroleros entre otros. Con esta comunicación pretendo revelar y analizar esos otros extractivismos que están afectando a los pueblos indígenas y sus conocimientos, además de a sus modos de vivir, existir, resistir y re-existir.

Cebaldo De León Smith Inawinapi

Neg Sobe, hacia los 100 años de construir la Casa de la Autonomía Guna

Al igual que muchos Pueblos de Abya Yala, los Gunas, han vivido una historia de despojos, resistencias y de construcciones a lo largo de su historia. Lucha que no es simplemente por el territorio y sus recursos; es también una lucha ideológica por la apropiación de los símbolos de su identidad como pueblo y grupo étnico. Y en esta resistencia, re construcción y creación están los conceptos fundamentales de la forma como organizan su mundo. Su cosmogonía. Y en esta presentación queremos hablar de uno de estos conceptos centrales que organizan su mundo. 'Neg Sobe' construir la Casa! Nega, literalmente quiere decir Casa, pero va más allá, es abrazo, útero, local, cosmos, momentos, lugar donde el yo se transforma en nosotros con las formas de lucha que se han utilizado y se utilizan, en estos procesos complejos, desde el Canto a la Poesía, desde las estrategias "míticas" a la organización comunitaria, desde las alianzas y los diálogos... Un yo, un siggwimar que es el intérprete o intermediario o mediador en la cultura Guna, aquel que es puente entre la cultura 'occidental' y el dule. Que sirve ya como intérprete, o traductor entre estas dos Casas. Y en este trabajo queremos reflexionar sobre una antropología en casa, del académico e investigador que cuestiona que es lo propio? Qué es ajeno? Qué es una cultura aprendida? Resignificada? Desde nuestra cosmovisión? Con miradas nuevas? Una investigación en 'casa', es también un viaje hacia el interior de uno mismo. Confrontarnos con nuestras dudas, con las transformaciones ocurridas en nuestra forma de entender los cambios y rituales en las comunidades, no solo desde la mira 'antropológica' del especialista, sino del que regresa al hogar y trata de entender la vieja canción y los poemas antiguos.

Gabriela de Freitas Figueiredo Rocha

As cidades como territórios de retomadas indígenas e de descolonização de fronteiras epistemológicas

Dentro de um universo etnicamente múltiplo e territorialmente diversificado, quase metade da população indígena brasileira reside hoje nas cidades. A hibridez, a incerteza, a inautenticidade são elementos associados às realidades fronteiriças destes coletivos e indivíduos que foram integrados à sociedade nacional por meio da violência das expropriações, da miscigenação e do etnocídio. De que maneira as experiências de continuidade de vínculos de pertencimento étnico no território urbano, ao confrontar fronteiras físicas e simbólicas, tem ocupado um espaço epistemológico de enunciação e de ruptura com estereótipos coloniais e lógicas monoculturais de reprodução de poder? A variedade de modos de viver a sua identidade demonstra que esses sujeitos não pretendem seguir um padrão específico, pois constroem as suas resistências nos interstícios das disputas por espaços formalmente hegemônicos, organizando-se dentro de suas famílias, entre parentes das mesmas ou outras coletividades étnicas, dentro de um mesmo espaço de vida ou em localidades diversas, por meio de diferentes estratégias de retomada, por meio da qual vivem, expressam e legitimam as suas diferenças. Retomar é voltar à origem e fazê-la presente, viva, dinâmica, demarcando fronteiras a partir dela e redistribuindo o poder de definir fronteiras. Defendo que a questão indígena, ‘inventada’ pela própria sociedade colonial, é tão mais poderosa quanto mais distante estiver de ser ‘resolvida’, lembrando-nos o desafio de abertura radical que a resistência dos povos mantiveram ao longo da história, ao perpetuarem o equívoco como o espaço impenetrável de suas próprias linguagens, perspectivas e destinos. Descolonizar diferenças é manter esta intraduzibilidade viva, tanto para desconstruir o imaginário de unidade forjada na miscigenação violenta, quanto para abraçar as incertezas sem cair na arrogância do multiculturalismo hegemônico. Neste processo, reconhecer identidades e culturas diversas implica confrontar expectativas de pureza e fixidez, mas principalmente, compreende-las na agência e na enunciação dos sujeitos concretos, sem queremos incorpora-las num mesmo projeto e narrativa de resistência.

Rubén de J. Solís

Diálogo de saberes como herramienta para frenar el avance de cultivos de organismos genéticamente modificados en la Península de Yucatán, México. El Caso de Hopelchén

Al hablar de ecología y actividades agro-económicas en la Península de Yucatán, México, es importante enfatizar que la naturaleza cárstica peninsular da lugar a la generación de fracturas y fisuras en el suelo donde se filtra rápidamente el agua, haciendo que el agua subterránea sea el único medio de abastecimiento y un recurso muy vulnerable a la contaminación. En este contexto, la llegada a la región de cultivos de organismos genéticamente modificados, principalmente soya, así como de la ingeniería implícita en su producción por parte de grupos menonitas financiados por Monsanto, y asesorados por sus propios técnicos-científicos, han generado diferentes implicaciones tanto en términos de la disminución acelerada de las áreas de selva local; como en la contaminación de las tierras (esterilización de las tierras) y el agua (recurso a través del cual los residuos tóxicos de los agro-químicos se expanden por toda la península) con sus respectivos efectos en el detrimento de la salud ambiental y de las diferentes poblaciones humanas asentadas en la región, es importante señalar que este proyecto de muerte es respaldado y promovido por el gobierno federal mexicano, como su apuesta por tecnificar el campo y con ello generar mejores condiciones de vida a los campesinos, que en la realidad genera todo lo contrario. En este sentido, el presente trabajo visibiliza la construcción y desarrollo de diálogos de saberes entre los conocimientos de las comunidades mayas de Hopelchén, Campeche y los conocimientos del sector más comprometido por las causas sociales de la academia científica pública peninsular, que se han establecido para generar un frente de resistencia común ante las prácticas y consecuencias de los monocultivos transgénicos en la región. Estos procesos

también han generado, sin proponérselo inicialmente, que los propios pobladores de comunidades mayas y con ellos sus conocimientos, experiencias e idioma, tengan más fuerza y resonancia incluso dentro de espacios y contextos académicos que desde fuera podrían parecer - y que han sido por mucho tiempo- cerrados a otros saberes. Es por ello que el presente estudio será abordado como un caso de justicia cognitiva entre diferentes saberes que se pueden articular para amplificar sus voces y generar un proyecto de vida frente a un problema de carácter global con repercusiones inmediatas para todos(as) los(as) pobladores(as) sin importar su origen étnico, clase social, género o si vive en zonas rurales o urbanas de la región peninsular.

17h00-17h30 Intervalo para café

Moderação: Marta Araújo

17h30-19h00

Educação, Sociedade e Democracia: perigos e esperanças dos futuros em construção

Paulo Peixoto

A integridade nas instituições de ensino superior portuguesas

O planeamento estratégico entrou de em força nas instituições de ensino superior (IES) em Portugal, evidenciando o peso do managerialismo nas formas de governação. Concretizados, em grande parte, com a intervenção de membros externos às IES, na qualidade de membros de Conselhos Gerais, os planos estratégicos ou seus congéneres introduzem e reciclam valores que induzem culturas de integridade. Importa ultrapassar a recorrente confusão entre integridade e honestidade. Tratando esta última como um valor e um referente ético e a integridade como uma medida de aferição que tem a ver com a conformidade que se tem em relação aos valores que mais se prezam, sejam eles quais forem, caracterizamos e debatemos o estado atual do enquadramento ético das atividades de docência e de investigação científica nas IES portuguesas.

Ana Benavente

As políticas educativas: expectativas, paradoxos, ficções e realidades

A Educação constitui-se como um dos direitos do Estado Social e da construção da democracia. Os indicadores revelam um país em progresso de escolarização nas últimas décadas. Que políticas públicas nos têm trazido à actualidade? Os tempos de mudança e inovação em educação, a gestão da Instituição Escolar, a vida pedagógica, os currícula e as aprendizagens, revelam contradições e paradoxos que nos interpelam. O poder de Organismos Internacionais centrados em comparações que influenciam o trabalho escolar marca as políticas educativas. A desvalorização da Educação nas políticas públicas, dos seus professores e das alternativas pedagógicas que permitem ultrapassar a escola reprodutora das desigualdades sociais revelam-se tanto na produção de legislação, da adopção de medidas estruturais (tais como a municipalização) como no espaço mediático. Nesta intervenção, sublinharemos os avanços mas também as regressões nas políticas educativas actuais e as suas principais características.

Denise Esteves

Repensar a educação enquanto direito humano através da inclusão de processos colaborativos, contextos e agentes plurais

Entende-se que, para resultar mais efetiva, a enunciação do direito à educação deve focar-se na inclusão de processos, de contextos e de atores educativos que não são eficazmente contemplados no atual quadro normativo. Nesta comunicação, parte-se de um entendimento da educação que não se esgota na escolarização e que enfatiza o carácter processual, coletivo e complexo do processo de aprendizagem. Esta abordagem retrata os agentes educativos como sendo capazes

de transformar os contextos educacionais em que atuam. Por isso, propõe-se que a produção coletiva de conhecimento deve ser mais eficazmente reconhecida através de um processo de rescrição dos limites do que são considerados conhecimentos, contextos e atores válidos no processo educativo. Assim, defende-se que, quer as “Comunidades de Aprendizagem Colaborativas”, quer o conceito de “Escola Aprendiz” nos oferecem a possibilidade de contestar o carácter monocultural das políticas educativas, assumindo um papel preponderante na definição de soluções educativas que permitem reescrever o papel das instituições educativas e dos seus atores na garantia de uma educação com características emancipatórias. Coloca-se, portanto, a tónica no direito de cada agente educativo ser uma parte ativa do sistema de coprodução de conhecimento, ao invés de serem seus consumidores ou recetores passivos. Alunos, pais, professores, líderes escolares e restantes elementos da comunidade devem ser considerados uma parte integrante do processo de aprendizagem não só dos indivíduos, como também das instituições que os enformam.

Jacinto Serrão

Cidadania tratada como objeto e contrariada nas práticas

A Educação para a Cidadania é uma área incontornável ao currículo escolar, proporciona uma formação holística dos cidadãos e a construção da identidade de um povo. Tratando-se de um tema consensual, a retórica em torno do sistema educativo atribui à cidadania um estatuto de área interdisciplinar e transversal aos diversos ciclos e disciplinas e à comunidade. Uma retórica que não se reflete na prática quer na gestão da escola e nos recursos, quer na formação e práticas pedagógicas. Uma realidade que, baseada em evidências empíricas, transforma, a seguir aos alunos, os docentes nas principais vítimas de um sistema que transforma a escola desajustada da realidade e desinteressante. A cidadania é tratada como objeto e contrariada nas práticas e, neste sentido, importa conhecer as perceções dos docentes sobre diversas dimensões da Educação para a Cidadania para compreender as falhas do sistema e para construir um currículo capaz de responder aos desafios atuais e futuros. Um trabalho de campo realizado junto de professores de vários graus de ensino evidencia problemas, contradições e obstáculos num domínio que, a nível retórico, aparece como consensual. Até quando a Escola continuará prisioneira destas contradições entre discursos e práticas?

Lucília Salgado

Espaços sociais, literacia e educação permanente

A preocupação de emancipação de vastas camadas de cidadãos a quem a organização escolar recusou o direito à aprendizagem teria, nos discursos políticos, agora a oportunidade de se desenvolver. No entanto, a recusa do modo de acesso ao conhecimento a que ao longo dos anos as experiências emancipatórias revelaram são preteridas por processos que sabemos inadequados aos destinatários adultos a quem o não acesso à literacia continua a marginalizar. Num estado centralizador que continua a não reconhecer, a não financiar, a não tomar como parceiros as comunidades locais onde as pessoas têm acesso à literacia inscrevendo essas aprendizagens noutras práticas sociais, nomeadamente a educação dos filhos e as práticas associativas dificilmente a mobilidade social, a que têm direito, será uma realidade libertadora e de cidadania. Temos tido experiências de grande riqueza, da Educação Permanente dos anos pós 74 a riqueza da ANEFA e da criação dos Centros de Reconhecimento Valorização e Certificação de Competências, mais tarde designados CNO's (Centros de Novas Oportunidades). Apesar de uma dinâmica associativa consequente e sustentável, as políticas não têm continuidade e insistem em grupos-alvo ligados ao mundo do trabalho, desvalorizando os níveis de literacia da população adulta. Uma breve análise deste campo educativo e social será realizada nesta intervenção.

Sala 3.2

Moderação: Ana Cristina Santos

9h00-10h30

Ecologias feministas de saberes I: discursos e práticas emancipatórias pós-abissais

Teresa Cunha,

Metodologias feministas e a luta pelo poder de interpretar

Construir conhecimentos feministas, insurgentes, contextualizados e emancipatórios significa submeter as nossas metodologias a um intenso questionamento crítico que as impeça de prolongar e alimentar a pulsão extractivista e autoritária inscrita na ciência moderna ocidental. Tendo como fonte teórica principal as Epistemologias do Sul (Santos, 2014), destacam-se dois conceitos geradores: a ciência como conhecimento de retaguarda (Santos, 2000; 2006; 2008) e a auto-reflexividade como insubmissão (Haraway, 1992; Mama, 2001; Cunha, 2011; 2015). Com o primeiro, vai-se muito para além da oposição à divisão primordial positivista entre quem pensa e quem age. Ser-se crítica de retaguarda significa, sobretudo, não se contentar com o que já se sabe e estar apoiando, alimentando, numa relação tensional, mas amorosa, as lutas, as possibilidades, os desafios colocados às ciências sociais ao serviço das transformações sociais pelo máximo de dignidade para todas e todos. A auto-reflexividade como insubmissão não é conhecimento per se mas amplia os campos de confrontação e de argumentação porque requer a presença do lugar de enunciação e da emoção. A auto-reflexividade permite transitar do trabalho reprodutivo e repetitivo do estado da arte para o trabalho produtivo de construção de conhecimento criativo e inédito porque é um campo de luta pelo poder de interpretar.

Claudia Cristina Ferreira Carvalho

Quando mulheres vestem fardas militares: É possível um Pensamento Pós-abissal numa penitenciária feminina brasileira?

As Epistemologias do Sul (Santos, 2014) obriga-nos a questionar de forma profunda e complexa, as múltiplas e diversas subalternidades construídas, os silenciamentos impostos, as camadas de opressão manifestas nos discursos e práticas sociais que se representam os femininos no mundo. A gesta colonial, aliançada ao patriarcado e ao imperialismo capitalista fez da modernidade ocidental a expressão de um mundo cortado ao meio, dividido e obliterado por exclusões simbólicas e materiais radicais, uma linha que separa de um lado quem busca pela emancipação social e, de outro lado, quem vive em condições abissais caracterizadas pela apropriação e violência (Santos, 2007). No amago das Ecologias Feministas de Saberes, a partir das experiências de mulheres reclusas e carcereiras do Mato Grosso, Brasil, reveladas por meio da utilização da fotografia centrada no conceito de artesanias das práticas, como recurso de ação de co-presença e de co-construção democrática discursiva de objetividade e rigor metodológico que retorna ao lugar das amplas e ricas experiências sociais anuladas, emudecidas e desconhecidas que tem vindo a produzir o silenciamento das mulheres subalternizadas e a sua alteridade. Nessa conjuntura, atenta a Linha Abissal que informa o pensamento moderno norte-cêntrico separa, radicalmente, aquelas/es que são consideradas/os humanos, e que que vivem no mundo-de-cá e as/os que são considerados sub-humanos e que vivem no-mundo-de-lá. Discuto: a) De um lado, numa sociologia das ausências, como a militarização, o uso da força bélica, utilizado como processo ordinário de saber-poder, reconfigura e converte o espaço-tempo prisional da desumanização do feminino; b) De outro lado, numa sociologia das emergências, apresenta-se como essas mulheres, ainda que, apesar das violências inscritas nas instituições e cultura carcerária, movem, corrompem, subvertem as Linha Abissal, demonstram serem autoras de um pensamento pós-abissal caminhando sobre a linha e reivindicando justiça social e cognitiva.

Isabel Aparecida Felix,

Um diálogo entre a Ecologia de Saberes e o Discipulado de Iguais em vista da emancipação social

Uma das características dos grupos conservadores e muitas vezes ultra-conservadores, atuantes em nossas sociedades é a imposição de um pensamento único, centralizador e autoritário, que vem se contrapondo de forma violenta às diferentes lutas de caráter emancipatório. Tais grupos estão presentes nas diversas esferas sociais, tendo adquirido maior força ao infiltrarem-se na esfera política e religiosa. Em contrapartida percebemos a presença de grupos que compartilham de pensamentos e práticas emancipatórias que também estão presentes nas diversas esferas da sociedade a nível global. Frente a estas ambiguidades; sem priorizar uma visão dicotômica, mas plural da realidade, proponho estabelecer um diálogo entre as estratégias epistemológicas e políticas da ‘Ecologia de Saberes’ elaborada pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos e o ‘Discipulado de Iguais’ elaborada pela teóloga feminista Elisabeth Schüssler Fiorenza. Tanto a ‘Ecologia de Saberes’ como o ‘Discipulado de Iguais’ defende uma visão e espaço democrático radical e se percebe um esforço para não interiorizar conhecimentos científicos da corrente hegemônica. Visa a incentivar e alimentar o pensamento crítico, a responsabilidade ética, a imaginação criativa e a auto-estima intelectual. Neste contexto, o conhecimento não é um privilégio de uma elite académica, mas deve estar publicamente disponível a todas as pessoas, pois parte do pressuposto de que todas têm algo a contribuir para com a construção do conhecimento emancipatório. Visto que o primeiro conceito foi elaborado no âmbito das Ciências Sociais e o segundo no âmbito da Teologia Feminista, me proponho neste texto, analisar as contribuições e os limites que ambas estratégias oferecem para o fortalecimento das lutas emancipatórias emergentes na sociedade e nas religiões.

Jalusa Silva de Arruda

Participação de meninas no tráfico de drogas: breves apontamentos para reflexões feministas

A política de enfrentamento às drogas é apontada como a principal responsável pelo aumento do número de pessoas encarceradas no Brasil, bem como pelas altas taxas de homicídios, especialmente da juventude negra (BRASIL, 2016). Dados oficiais sobre o sistema socioeducativo indicam que num período de dez anos o percentual de adolescentes do sexo feminino privadas de liberdade aumentou aproximadamente 120%, sendo 24% dos casos relacionados ao tráfico de drogas e condutas afins (BRASIL, 2018). Com reflexões desde os estudos de gênero e da Criminologia Feminista, a comunicação analisará o contexto da participação das adolescentes no tráfico de drogas a fim de compreender seus percursos na prática infracional. Os dados se referem apenas à aplicação da medida socioeducativa de internação, cumprida integralmente em privação de liberdade, e foram coletados desde análise documental e observação sistemática realizada numa unidade de atendimento socioeducativo feminina do Estado da Bahia, Brasil.

10h30-11h00 Intervalo para café

Moderação: Ana Cristina Santos

11h00-12h30

Ecologias feministas de saberes II: emergências sociais e antiglobalização

Elaine Santos

Ser mulher negra na perspectiva de quem personifica esta luta – mulher, raça e classe

A ideia desta proposta é discutir a questão do ‘ser mulher negra’ dentro da perspectiva de classe, raça e gênero. Abordando o racismo a partir de uma questão estrutural, sem eleger qual é a

opressão mais importante, ao contrário mostrando o nó social e a complexidade deste tema na sociedade atual. A partir deste prisma, pretende-se refletir sobre a opressão e violência que recaem sobre as mulheres negras destacando dentro do pensamento feminista negro quais suas principais respostas a estas desigualdades. Em termos metodológicos utilizar-nos-emos de dois conceitos que respaldam este debate; ecologia de saberes, como uma maneira de afastar-se dos estereótipos romantizados e hegemonicamente relacionados às mulheres do Sul (especificamente as mulheres negras brasileiras) e a sociologia das emergências, onde a partir deste chamado ‘não lugar’ se constrói outras práticas de resistência e ação.

Luciana Moreira

O cosmopolitismo subalterno e os movimentos contemporâneos pela reivindicação à diferença sexo-genérica

As experiências sexuais e de género alheias à norma heterossexual e reprodutiva da família nuclear têm sido uma constante ao longo dos tempos. Ainda assim, a diversidade sexo- genérica (fora na norma) tem sido desvalorizada, animalizada, penalizada. Este seminário abordará como o sistema colonial apagou percepções anteriores do género e da sexualidade nos espaços colonizados. Nesta comunicação o conceito de colonialidade do género (Maria Lugones) servirá de base à exploração dos binómios homem/mulher, normal/anormal, humano/sub-humano que operavam no espaço europeu e serviram também para animalizar e racializar os povos nativos dos espaços colonizados. Será igualmente explorado o conceito de cosmopolitismo subalterno, proposto por Boaventura de Sousa Santos, que permitirá compreender, através da análise de casos específicos de alguns ativismos queer e suas alianças, como a pertença à diversidade sexo-genérica tem sido uma forma de resistência organizada a nível transnacional, em que tem sido visível a troca de saberes Sul/Norte e Norte/Sul, não isenta de tensões, traduzindo por isso um modelo mais igualitário de globalização.

Paula Freitas de Almeida

As condições de trabalho da mulher no Brasil em tempos de desmantelamento da proteção social do trabalho nos países periféricos

As linhas abissais definidas por Boaventura de Souza Santos, a distinção entre os visíveis e invisíveis que estão do outro lado das linhas determinam o atributo da não existência destes últimos frente ao processo de exclusão/dominação promovido pelos primeiros. No Brasil, isso se traduz nas relações económicas herdadas do padrão ocidental de produção em que os homens brancos expressam o status quo secular de dominação das sociedades metropolitanas sobre os territórios coloniais do sul. O padrão regulatório e a materialidade das relações de trabalho no país evidenciam o aprofundamento das linhas abissais nas questões de género e raça, quando as incorpora ao mercado de trabalho de modo instrumental à divisão social do trabalho. Parece ter ocorrido a sua intensificação quando à proteção social se seguiu a exacerbação do modelo global de dominação económica centro-periferia e, como consequência a um governo de homens brancos defensores dos interesses do capital estrangeiro de economias centrais, se iniciou um processo de aprofundamento exponencial das desigualdades. É objetivo desta apresentação mapear e analisar as condições de trabalho da mulher no Brasil a partir de 2003, demarcando a crise político-económica de 2013 e a reforma trabalhista de 2017. Pretende-se assim, traduzir em números a materialidade das linhas abissais sobre as relações de trabalho no recorte de género e raça (este quando possibilitado pelos dados), analisando particularmente i) o tempo de estudo e o grau de formação; ii) a participação na taxa de desocupados; iii) os rendimentos; iv) o tempo de trabalho; v) as atividades nas quais estão inseridas, e; vi) participação nas atividades/setores económicos.

Pedro Saraiva

Mulheres, Desporto, Media: Noticiabilidade e objetificação sexual do desporto feminino nos jornais desportivos em Portugal (1996-2016)

O objetivo deste estudo foi de investigar a evolução da cobertura do desporto feminino pelos jornais desportivos em Portugal (A Bola, O Jogo e Record), assim como a possível presença de objetificação sexual em atletas femininas. Para tal, realizou-se uma análise documental a notícias e fotografias publicadas por estes jornais durante um período de 20 anos. Com um corpus documental de 2414 notícias e fotografias, os resultados não apontam para mudanças significativas nem quanto à noticiabilidade do desporto feminino, nem quanto a um tratamento menos sexualizado das atletas. Verifica-se a necessidade de políticas ativas de promoção da igualdade entre mulheres e homens nos meios de comunicação social.

12h30-14h00 Intervalo para almoço

Moderação: Maria Irene Ramalho

14h00-15h30

Ecologias feministas de saberes III: corpos e práticas insurgentes

Catarina Martins

O pós-corpo como pensamento pós-abissal radical? Ausências e emergências na escrita de mulheres africanas a partir de olhares cruzados feministas/queer/pós e de-coloniais

A procura de justiça social a partir da justiça cognitiva que assenta na crítica da razão moderna ocidental (Sousa Santos) tem na teoria pós-colonial e na teoria feminista dois dos seus principais motores. Estes paradigmas de crítica epistemológica focam-se na abissalidade da produção de diferença assente no corpo: o corpo codificado pelo poder capitalista, colonial e patriarcal, ou seja, o corpo racializado, o corpo sujeito a normativos de género, o corpo que se constrói como materialização icónica da hierarquia civilizacional que legitima a exploração. Pós-colonialismo e feminismo, incluindo o queer como operador de desconstrução crítica de discursos de género, de facto, abriram caminho à inteligibilidade e à voz de corpos produzidos como inexistentes (BSS) ou esvaziados no sentido de uma ontologia negativa (Fanon e Beauvoir), desmaterializados para, paradoxalmente, se constituírem como estrita e constante materialidade (performativa, Butler) no âmbito do racismo e do sexismo. Porém, ambas as teorias assumem como pressuposto um constructo que serve de fundamento ao paradigma epistemológico da modernidade europeia - o próprio conceito de corpo enquanto um dos polos das muitas dicotomias da razão ocidental (corpo vs mente, alma, espírito). Ora, desde há três décadas, feministas não ocidentais denunciam esta ‘colonialidade de género’ (Lugones) ou apresentam sociedades não ocidentais, em cuja organização a produção de diferença não se articula nem no corpo, nem em toda uma série de conceitos que a razão ocidental moderna lhe associou - indivíduo / coletivo; privado / público; material / imaterial; físico / espiritual’ (Oyewùmi). Exigir-se-ia de um pensamento pós-abissal radical que perseguisse esta ideia. O pensamento ‘pós-corpo’ deve ser incluído numa ecologia feminista de saberes, enquanto um pensamento que supere a conceptualização ocidental e reflita, não no sentido da reconstrução utópica de idílios pré-coloniais, mas sobre os modos como cosmovisões Outras constituem ausências e emergências possíveis nos processos de resistência que, hoje, passam dinamicamente pelo corpo, dada a ação indelével dos processos de opressão racial e de género. A escrita de mulheres africanas pode dar pistas importantes neste sentido, a partir de um cruzamento de olhares pós/decoloniais, feministas e queer.

Raquel Lima

Performance. Corpo. Política. O corpo político-performativo de mulheres negras periféricas na cidade de Lisboa

A performance de mulheres periféricas é um território rico para as reflexões pós-coloniais, se pensada não como disciplina artística, mas como uma capacidade inata de ler e escrever o espaço público, nas suas dimensões políticas, sociais e culturais. São várias as mulheres que o atestam desde a periferia, pelos seus movimentos pendulares para dentro e fora dos centros urbanos, pela responsabilidade parental partilhada ou negligenciada, pela constante reinvenção de rituais quotidianos que assegurem a expressão das suas subjectividades, pela resistência à hegemonia que se exerce sobre os seus corpos de maneira a categorizá-los, homogeneizá-los e impondo uma lógica e uma função que colocam-nas numa posição de silêncio e fora do sistema de representação. Compreender a história não como facto, mas como performance (Dening, 1993), que pode ser reinterpretada através de várias perspectivas e, neste caso, colocando-a na voz de mulheres, permite-nos abrir a narrativa histórica para alternativas que não tenham sido impostas por um sistema imperial de governação que se exerce ao nível da raça, género e classe. Esta comunicação pretende, portanto, centrar-se na tensão entre o corpo instrumentalizado e a palavra silenciada de mulheres contemporâneas desde a periferia de Lisboa (e eventualmente outras cidades), realçando as práticas emergentes que caracterizam a resiliência destas mulheres ao ‘habitar’ espaços maioritariamente hostis. A performatividade funciona aqui como prática emergente na construção de alternativas sociais mais justas.

Isabel Silva e Sandra Silvestre

(Re)Tecer a Esperança – os conhecimentos das mulheres da Manta da Igualdade na imaginação de um futuro melhor

A nossa comunicação partirá da experiência de/com um grupo de mulheres antigas operárias do setor têxtil, numa pequena cidade da Serra da Estrela, Gouveia, e especificamente do projeto Manta da Igualdade por elas protagonizado. Procuraremos refletir sobre como, a partir da construção comunitária de uma manta de lã, veículo de universos simbólicos e pretexto de mediação transgeracional e de diálogo intercultural, foram revalorizadas as histórias de vida e os conhecimentos destas mulheres, contribuindo para a (re)configuração da sua identidade e existência social. Buscaremos também compreender como as práticas deste projeto se integram no espírito da ecologia de saberes e até que ponto esta iniciativa inspirou futuros alternativos para a comunidade, abrindo novos caminhos de desenvolvimento sustentável do território. Trazendo ao de cima os indícios que poderão apontar este contexto como um Sul no Norte, abordaremos a forma como os saberes e as propostas destas mulheres têm sido desperdiçados, desvalorizados e preteridos pelos responsáveis políticos, que nas suas opções e estratégias de desenvolvimento ignoram aquelas que são as últimas guardiãs de marcas identitárias fortes de um território e das comunidades (sociologia das ausências). Um contexto que, com o encerramento das fábricas têxteis, ficou órfão e não soube reinventar-se nem dar novos sentidos ao seu abundante património material e imaterial e, especialmente ao património humano. Por último, iremos indagar sobre as condições de fortalecimento das ações coletivas da comunidade que poderão passar pelo reconhecimento destas mulheres como bibliotecas humanas, cujo conhecimento e experiência foram desperdiçados e analisar algumas tentativas de resgate destes conhecimentos e memórias por parte de jovens mulheres, nomeadamente através das artes e de projetos de cidadania. Como esta experiência e o conhecimento produzido por ela pode fazer emergir novos sentidos e amplificar formas inovadoras de estar e ser, colocando em diálogo conhecimentos de diferentes áreas, mobilizando diversos atores e atrizes da comunidade para encontros pluriculturais, ajudando a construir um futuro alternativo, sustentável e feliz para

comunidades do Sul que sistematicamente injustiçadas e subalternizadas, mas que resistem e reinventam quotidianamente a esperança.

Moderação: Tatiana Moura

15h30-17h00

Saberes e diversidade na Amazônia oriental: lutas descoloniais

Maurício Hashizume

Lutas descoloniais indígenas frente à expansão do agronegócio: o caso do Tocantins

De acordo com estudos etnohistóricos, o território hoje denominado como Estado do Tocantins (antes Norte de Goiás), entre os rios Araguaia e Tocantins, era ocupado, antes da invasão de expedições colonizadoras (mineradores, pecuaristas, comerciantes, religiosos, estatais etc.) que se intensificaram a partir do século XVIII, por diversos povos indígenas. Do tronco linguístico Macro-Jê, destaca-se a presença dos povos Akroá, Xacriabá, Xavante, Xerente, Javaé, Xambioá e Karajá; do tronco Tupi, os Avá-Canoeiro. Desde então, o que se viu foi predominantemente a empresa (material e simbólica) capitalista, colonial e patriarcal se expandir pela região. Juntamente com os dois principais ciclos de exploração econômica e territorial ‘mineração (século XVIII), vinda do Sul pelo Goiás e Minas Gerais; e pecuária (século XIX), a partir do Nordeste e Norte (Bahia, Maranhão e Pará)’, também foi deslocado de forma forçada para a região um contingente enorme de população negra escravizada, a qual se espalhou, por exemplo, em quilombos. Esse mosaico de territórios passou a ser intensamente pressionado, explorado e violentado no século XX, primeiro durante o período ditatorial do ‘Estado Novo’ (1937-1945) dirigido pelo presidente Getúlio Vargas e sua investida rumo à Amazônia e posteriormente com a construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-153) e outras grandes obras de infra-estrutura na região, durante a ditadura militar (1964-1985). A Guerrilha do Araguaia, uma das mais simbólicas iniciativas armadas de resistência à ditadura nos anos 1970, também se deu na região que compreende o Bico do Papagaio (norte de Tocantins), o Sul e Sudeste do Pará e parte do Maranhão. Com a fundação elitista do Estado do Tocantins estabelecida na Constituição Federal de 1988 (que estabeleceu paralelamente importantes direitos aos povos indígenas após mobilizações nacionais e internacionais), deu-se continuidade a esse processo de expansão do ‘modelo de desenvolvimento’ de dominação e hegemonia capitalistas que, no tempo presente, se materializa na expansão do agronegócio. O projeto que melhor representa esse ímpeto é o chamado Matopiba (acrônimo formado pelas siglas de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Frente a esse ‘correntão’ de violências acumuladas e associadas, destaca-se a relevância das lutas descoloniais dos povos indígenas que, mesmo com todos esses ataques de séculos de colonialismo, mantêm vivos os seus saberes e modos de vida, em diálogo com instituições como as universidades.

Idelma Santiago da Silva

A perspectiva da resistência feminista no Movimento dos Sem Terra

A comunicação vai abordar a resistência feminista das mulheres do Movimento dos Sem Terra no Sudeste do Pará, Amazônia Oriental brasileira. Pelos seus agenciamentos conquistaram espaços de direção e apresentaram novas questões para a práxis coletiva do movimento, baseadas em formas de compreender o mundo e recolocar horizontes de utopia política. A Amazônia permanece como fronteira colonial. Desde a perspectiva da diferença colonial (Walter Dignolo) e da colonialidade de gênero (María Lugones), o trabalho procurará enfatizar as perspectivas de resistência que o feminismo das mulheres do MST está construindo e que tem interseccionado a luta contra o capital e contra o patriarcado. Algumas questões para o trabalho: O quanto pode ser pertinente compreender o feminismo dessas mulheres do MST desde teorias feministas

descoloniais latino-americanas? O que se pode visualizar em termos de pensamento de fronteira feminista? Que fontes alternativas de sentidos são mobilizadas? Nos seus discursos de libertação está presente a identificação da colonialidade e a reivindicação da descolonização?

Airton dos Reis Pereira

Iniciativas e experiências dos movimentos sociais de luta pela terra no sul e sudeste do Pará, na Amazônia Oriental

Esta comunicação visa discutir, com detalhes, as estratégias dos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra no sul e sudeste do Pará, na Amazônia Oriental, em suas experiências e práticas localizadas - por meio de alianças, de confrontos ou conflitos que os opõem ou os unem. É uma narrativa que privilegia pequenos acontecimentos, marcas sutis e singulares, pelejas, falas dissonantes. É um estudo que procura afastar-se das vertentes historiográficas produtoras de grandes sínteses e construídas com base na compreensão causal e determinista, submetidas a um tempo linear e cronológico. Procura demonstrar que a partir da segunda metade da década de 1960, o modelo de desenvolvimento concebido pelos governos do Brasil para a Amazônia foi pautado na grande propriedade da terra e na transferência massiva de recursos públicos a inúmeros grandes proprietários rurais e empresas privadas nacionais e estrangeiras sediadas no Centro-Sul do Brasil. Grandes extensões de terras foram destinadas não só à exploração dos recursos naturais (madeiras, minérios, etc.), mas à criação de gado bovino, onde é possível constatar desmatamentos, degradação ambiental, trabalho escravo, ameaças de morte e assassinatos de camponeses e defensores dos direitos humanos. No caso do sul e sudeste do Pará, a luta dos trabalhadores pela terra por meio de suas experiências localizadas de contestação, de embates, mas também de solidariedade entre si, trabalhos coletivos e trocas mútuas, puderam experimentar iniciativas que possibilitaram uma outra forma de posse e de uso da terra. Inúmeros grandes latifúndios foram ocupados e divididos em pequenos imóveis e neles implantados uma agricultura de base familiar, em certa medida, diversificada, mais sustentável e ecológica. De 1987 a 2017, por exemplo, segundo o INCRA, foram criados na região 514 projetos de assentamentos de reforma agrária onde cerca de 70 mil famílias ocupam mais de 4,5 milhões de hectares de terras, implicando, pelo menos em parte, a reterritorialização do espaço agrário regional. Ao ocupar os grandes imóveis improdutivos, os trabalhadores entraram em confronto direto com fazendeiros e empresários rurais, mas também com o Estado, uma vez que contestar a grande propriedade era entendido como um atentado à lei de segurança nacional e ataque ao Estado ordenador do desenvolvimento nacional; defender as grandes propriedades, era proteger o interesse nacional. Os trabalhadores rurais por meio de suas lutas e experiências localizadas de ações coletivas impuseram outras formas de distribuição da terra, de produção e organização social na região.

Dernival Venâncio Ramos Júnior

Deslocando as geografias e as biografias do saber: o conhecimento sobre os deslocados por barragens na Amazônia Oriental - (UFT)

A comunicação apresenta os resultados de pesquisa desenvolvida com sujeitos deslocados pela Usina Hidroelétrica de Estreito, UHE-Estreito, localizada na Amazônia Oriental, na fronteira entre os estados do Tocantins e Maranhão. A metodologia utilizada para a pesquisa foi um cruzamento entre História ora e etnografia. Pretendia-se conhecer os sentidos atribuídos por ribeirinhos desterritorializados ao deslocamento compulsório. Contudo, os sujeitos com os quais se fazia a pesquisa tencionaram, em vários momentos, os parâmetros, os sujeitos, os modos e os propósitos da produção de saber acadêmico sobre as comunidades em situação de luta contra barragens. Assim, de uma pesquisa antropológica passamos a perguntar se esses questionamentos

pode(ria)m ser percebidos como deslocamentos locais das geografias e biografias nacionais/globais do saber/poder? Poderíamos reconhecer aí, ainda, que a relação entre esses diferentes sujeitos e regimes do saber que estão a interagir nas pesquisas de campo se caracteriza como encontros, sempre mediados por relações de poder, entre diferentes epistemologias? Se sim, poderíamos entender esse momento como uma etapa importante na construção de uma Ecologia dos saberes acadêmicos e militantes sobre os sujeitos e processos do deslocamento compulsório provocado por barragens?

17h00-17h30 Intervalo para café

Moderação: Luísa Sales

17h30-19h00

Trauma e Interculturalidade

Um acontecimento traumático implica uma experiência de descontinuidade, de ruptura em relação às crenças e padrões de segurança anteriores. Compreende-se por isso que as respostas de pós trauma e os mecanismos pessoais de superação utilizados tenham os evidentes contornos da matriz cultural, dos factores ambientais, do aqui e agora em que ocorre a experiência. Daí que, num mundo globalizado, e perante os fluxos migratórios ocasionados por eventos geradores de trauma, seja indispensável ter em conta o impacto dos distintos valores e diferentes normas do indivíduo que chega, da comunidade que acolhe. Que factores de agravamento, que estratégias de protecção podem proporcionar as diferentes visões das diferentes culturas? É, pois, indispensável pensar a questão do Trauma e da Interculturalidade.

Faranaz Keshavjee

As identidades sociais dos adolescentes muçulmanos portugueses de ascendência Sul-asiática - explorando estabilidade e mudança através da teoria das representações sociais

Fátima Guterres

Sobreviver ao trauma: a escrita de "Timor, paraíso violentado"

Inês Rodrigues

Trauma e narrativas pós-coloniais em São Tomé e Príncipe: algumas notas a partir do 'Massacre de 1953'

Joshua Ruah

... Sim! Todos somos responsáveis uns pelos outros...

Sala 3.3

Moderação: Rita Campos

9h00-10h30

Ecologia e Sociedade I - Investigação e ação ecológica em Portugal

Lúcia Fernandes, Stefania Barca

Conflitos ambientais e alternativas: ciência, sociedade e resistências

Nesta comunicação será abordada o processo de coprodução de conhecimentos sobre conflitos ambientais e alternativas socioecológicas em Portugal, realizada através de três atividades da ECOSOC, CES: 1) o projeto exploratório Portugal: Ambiente em Movimento (resultante de colaboração entre CES, SOCIUS e CETEM); 2) colaboração com o projeto FP7 EJOLT no mapa EJAtlas Portugal; 3) participação no projecto Toxic Bios (KTH Environmental Humanities Laboratory). O trabalho iniciou-se em julho de 2014 e foi conduzido em forma partilhada entre investigadorxs e ativistas. Realizou-se um mapeamento dos casos, sistematização dos conhecimentos existentes em diversas fontes (presente e o passado), articulação entre pessoas, instituições, movimentos e investigadorxs. Além da luta pela redistribuição dos riscos e benefícios das atividades económicas, participação nas decisões e reconhecimento das pessoas, comunidades e locais como sujeitos, identifica-se nestes casos a presença de dinâmicas que buscam novas estruturas, práticas e valores alternativos ao capitalismo, no que respeita à conservação dos ecossistemas, a produção e consumo de alimentos, ao resgate/reconstrução de práticas ancestrais desenvolvidas localmente. Constituiu-se uma comunidade de investigação-ação que desenvolveu diferentes formas de interação, partilha, parceria e colaboração e procurou-se a prática de uma ciência mais cidadã, envolvida e sensível. Houve o início do processo de resgate de memórias de lugares, pessoas e movimentos, e o estabelecimento de ligações e vínculos cognitivos, políticos, afetivos e emocionais entre pessoas, instituições, movimentos e plataformas protagonistas dos casos. A apresentação irá oferecer uma reflexão de síntese sobre os resultados dos três projectos, bem como sobre o próprio processo de coprodução do conhecimento.

José Janela

Os sindicatos e o ambiente

Os sindicatos têm uma intervenção sobre o ambiente nos locais de trabalho, mas também sobre o ambiente em geral. Houve convergências entre o movimento sindical e o movimento ecologista sobre diversos assuntos, como seja o amianto, o urânio ou alterações climáticas. A forma como os assuntos entram para a agenda sindical é variável: pode partir do interior do meio laboral ou podem partir de vir de assuntos que estão na agenda mediática e que os sindicatos incorporam. O movimento sindical tem incorporado no seu discurso e na sua ação temas que são por vezes tidos como extralaborais. As dinâmicas criadas na sociedade têm resposta por parte do movimento sindical ligado à CGTP que passam por uma consciencialização, a realização de inquéritos, debates e seminários e pela produção de documentos. Têm sido feitas parcerias com diversas organizações ambientais e a realização de ações conjuntas com organizações ambientais como a Quercus e a Climáximo. Pretende-se fazer uma reflexão de como os temas ambientais podem trazer mais força aos sindicatos, melhorando as condições de vida dos trabalhadores.

Sandra Silva Carvalho

A ideia e a prática da permacultura

Nesta comunicação iremos explorar a ideia de que a Permacultura (agricultura permanente) constitui uma proposta séria, holística e pacífica que contribui criativamente para a emergência

de uma outra sociedade (organizada em torno de outras lógicas), através do design consciente e de uma série de práticas e técnicas que combinam o respeito pelo funcionamento dos sistemas ecológicos, a viabilidade económica e a justiça social. Baseada em três éticas (cuidar da terra, cuidar as pessoas, partilha justa) e 12 princípios de design ecológico, a Permacultura propõe um profundo redesenho dos nossos sistemas de produção, habitação e consumo. Inspirada nas práticas dos aborígenes australianos, a Permacultura, como afirma um dos seus fundadores, David Holmgren, não só respeita os sistemas naturais, como também permite estilos de vida alternativos que potencialmente capacitam as pessoas a tornarem-se cidadãos responsáveis e produtivos em vez de consumidores dependentes.

Arlindo Marques

Tejo e seu guardião: sofrimentos, violência e censura

O rio Tejo é um rio sofrido, sendo que nas últimas décadas foi esquecida a sua preservação ambiental em favor da sua utilização económica com uma despropositada sobre exploração das suas águas que resulta da utilização excessiva e pouco eficiente da água na agricultura intensiva, das descargas de águas residuais urbanas, agropecuárias e industriais, dos transvases de água para o sul de Espanha e da retenção de água em barragens para produção de energia hidroelétrica. A rede de vigilância do Tejo do proTEJO Movimento pelo Tejo tem vindo a registar e a denunciar os casos de extrema poluição no rio Tejo que ocorreram desde 2014, a qual é coordenada por Arlindo Consolado Marques (conhecido como o guardião do Tejo). Acusado por denunciar os crimes ambientais cometidos por poluição no Tejo nas redes sociais, o que lhe valeu ameaças de morte e uma ação judicial interposta pela empresa CELTEJO - Empresa de Celulose do Tejo, S.A., pertencente ao Grupo ALTRI ainda em curso, reclamando esta empresa o pagamento de uma indemnização de 250 mil euros. Nesta fala Arlindo partilhará uma análise da sua experiência pessoal e comunitária de luta pelo Tejo e a violação de direitos constitucionais de liberdade de expressão e defesa do ambiente que está a sofrer.

10h30-11h00 Intervalo para café

Moderação: Rita Campos

11h00-12h30

Ecologia e Sociedade II - Counter-hegemonic ecologies: theories and praxes

Giacomo D'Alisa, Irina Velicu, Gustavo Garcia-Lopez

Performing Counter-Hegemonic Common(s) Senses: Rearticulating Democracy, Community and Forests

Political ecologists have developed scathing analyses of capitalism's tendency for enclosure and dispossession of the commons. In this context commons are analyzed as a force to resist neo-liberalism, a main site of conflict over dispossession, and a source of alternatives to capitalism. In this paper we elaborate a view of the commons as the material and symbolic terrain where performative re-articulation of common(s) senses can potentially enact counter-hegemonic socio-ecological configurations. Expressly drawing on the concepts of hegemony, 'common-senses' (inspired by Antonio Gramsci) and 'performativity' (developed by Judith Butler), we argue that counter-hegemony is performed through everyday practices that rearticulate existing common senses about commons. Commoning is a set of processes/relations enacted to challenge capitalist hegemony and build more just/sustainable societies insofar as it transforms and rearranges common senses in/through praxis. The paper draws on the experience of an anti-mining movement of Casa Pueblo in Puerto Rico, which for the last 35+ years has been developing a project self-described as autogestion. The discussion pays special attention to Casa

Pueblo's praxis and discourses to investigate how they rearticulate common senses with regard to nature, community and democracy, as well as their implications for counter-hegemonic politics.

Eleonora Gea Piccardi

At the crossroad between theory and practice. How Rojava's revolution is rethinking the link between feminism, ecology and democracy.

In the Northern Syria region of Rojava, Kurdish people have given rise to a municipalist revolution inspired by the theory of Abdullah Öcalan, the leader of the PKK (Kurdish Workers Party). This experience has not only created an autonomous system of confederal democracy but has also assigned a crucial role to women's liberation and ecology as the central pillars of social transformation, which makes the Rojava project one of the most inspiring political alternatives of the 21st century. But how this revolution is rethinking the link between feminism, ecology and democracy? The hypothesis is that the original contribution of the movement is to be traced back to the political praxis implemented by women from 2012 onwards. This praxis has produced both a theoretical perspective called Jineoloji (in Kurmanji 'science of women and life') and alternative organizations of social reproduction that are challenging the system of domination inherited from the patriarchal, capitalist and colonial modernity. Through a critical analysis of Social Ecology, Feminist Political Ecology and decolonial feminisms, the research will explore this hypothesis conducting ethnography and narratives analysis within the Kurdish diaspora in Europe. I will present the first results of my research, exploring the original contributions and challenges to Feminist Political Ecology provided by Jineoloji, considering it as a situated knowledge rooted in the pluriversal experience of Kurdish women resistance and ecological-political practices.

Emanuele Leonardi, Giacomo D'Alisa

Bringing class analysis back in: assessing the transformation of the value-nature nexus to establish a space for dialogue between autonomist marxism and degrowth

The paper aims at establishing a space for dialogue between Autonomist Marxism and Degrowth. To achieve this an understanding of class transformations in contemporary capitalism is key. From an ecological perspective, the changing components of the working class can be grasped by assessing the historical development of the value-nature nexus, and specifically of labour's role within it. In fact, capitalism does not have but rather is an ecological regime. Value creation occurs not upon nature, but through it; that is, within socio-natural relations emerging from the articulation of capital, power and the environment. The basic argument we will critically address is that in contemporary capitalism the conditions of existence and reproduction of society (i.e. the commons) have become key drivers for surplus value production; most notably in environmental markets established by the green economy. Hence, Environmental Justice resistances may be analyzed as direct instances of class struggle, so that degrowth theoretical elaboration would benefit from incorporating such class-character in its reflection on the commons. In this unprecedented situation, the task of the critique of political economy is not only that of unmasking ruling class' attempts to naturalize capitalism. It also requires resisting to elites' endeavours to directly capitalize nature. In helping to do so, degrowth simultaneously prefigures a desirable future and provides socio-ecological movements with an unprecedented space for struggles' convergences.

Rita Serra, Giovanni Allegretti

Unclaimed common rights: the hidden history of "baldios" in Portugal

The devolution of afforested common lands in Portugal officially took place short after the Carnation Revolution in 1974. A total of 500,000 hectares of ‘rural commons’ were devolved to local communities who claimed them. However, there are still common lands unclaimed today, and most of the commoners are unaware of their rights. Such a situation provoked a wide range of variable geometries in Portugal, and some conflicts with local authorities which took care of such ‘commons’ on behalf of local communities, and ended up behaving as they had an exclusive right of exploiting those lands. Moreover, some municipal institutions tried to lobby on parliamentary members for revising the legal framework, in order to ‘publicize’ them, as a harmful step towards a future commodification/privatization of those areas. We will explain the context of this incomplete devolution and its consequences for the common lands governance, conflicts and the non-participation of commoners legally entitled to entail on its administration. While many common lands wait for the return of their rightful community owners, industrial users profit from natural resources without state regulation, fueling conflicts with the state forest services, local landowners and blocking participation in one of the few portuguese institutions that allow direct democracy, open to all the residents of the place. The paper will address its conclusions on the base of the proposals emerging from a new network of actors struggling for the recognition of several good examples of commons? self-management as the starting point of a new trend of participatory processes for rethinking local development and partnerships between communities and the State.

12h30-14h00 Intervalo para almoço

Moderação: Rita Serra

14h00-15h30

Ecologia e Sociedade III - Construindo alternativas

Stefania Barca, Emanuele Leonardi

Re-politicizing the economy: working-class environmentalism and the future of mono-industrial towns

The paper presents an original framework for thinking about environmental justice in working-class communities. It offers a theorization of working-class ecology as the place where working-class communities live and work, being typically affected by environmental injustice, and of working-class environmentalism as those forms of activism that link labour and environmental struggles around the primacy of reproduction. Focussing on working-class communities, we describe environmental injustice as the result of both sexual and colonial divisions of labor on the local scale, as reflected by the ‘job blackmail’, and look at environmental justice activism as a possibility for re-politicizing the economy?. The paper’s theoretical section draws on a social ethnography of working-class ecology in the case of Taranto, a mono-industrial town in southern Italy, which is experiencing wide social mobilizations for rethinking the relationship between production, reproduction and ecology on the local scale, spurred by a severe environmental and public-health crisis. We show how environmental justice activism since the early 2000s has allowed the re-framing of union politics along new ways of politicizing the local economy.

Roberto Sciarelli

For a political ecology of the subaltern: plebs, commoners and the re-invention of democracy in Naples, Southern Italy

In the city of Naples, social movements are living a moment of growth and diffusion, organized in a ‘confederation of struggles’ which reunites together workers and ecological claims, new forms of self-management of the commons and, especially, experimentation of grassroots democratic practices. My research project investigates this ongoing process via an ethnographic

co-research informed by urban and decolonial Political Ecology. It revolves around the question: how are the socio-ecological struggles and neo-municipal politics of Naples connected to the condition of subalternity? I will present the first results of my research within these urban and environmental movements, analyzing them as forms of subaltern strife which oppose both the authoritarian governmental apparatuses that originate from an Orientalist representation of Southern Italy, and the extractive economic model that has caused the degradation of the urban environment.

Sara Rocha, Sandra Silva Carvalho

Coimbra em Transição: Uma história de resistências

A iniciativa Coimbra em Transição (CeT) surge em 2009 de uma dinâmica informal de cidadãos em torno da criação de uma horta comunitária no Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. A permanência no espaço da Universidade ocorre até 2013 quando, por motivos institucionais, a CeT se viu obrigada a procurar nova ‘casa’. A primeira foi uma horta na zona de Bencanta. Mesmo em situação incerta, a CeT tornou-se associação sem fins lucrativos em 2013. Em 2014 mudou a sua horta para a Rua Direita, participando na construção de um jardim comestível com intervenções de arte urbana num terreno abandonado, resultante de demolições para o projeto do metro do Mondego. Aqui encontra ‘nova morada’ trabalhando com população em situação de sem-abrigo, em colaboração com uma assistente social da Câmara Municipal de Coimbra (CMC). Apenas a partir de 2015, e através de um protocolo com a CMC em parceria com a Associação Nacional de Intervenção Precoce, a CeT encontrou finalmente um espaço, o Hortim do Jardim da Sereia, onde pode desenvolver os seus projetos e iniciativas de forma mais sustentada. Aqui realizam actividades abertas de horticultura (sementeiras, transplantações e colheitas partilhadas), de cerveja artesanal, ciclos de cinema e oficinas de culinária. Como os restantes espaços, o Hortim é um local de convívio e trabalho comunitário voluntário, onde se dinamizam inúmeras actividades desde cursos de formação, a workshops, ou almoços partilhados. Através do trabalho em rede e da experimentação e aprendizagem partilhadas, as actividades visam contribuir para o florescimento individual e para o fortalecimento das relações com e na comunidade e promover uma cultura de resiliência e celebração, contribuindo também para a relocalização da rede alimentar local. A proposta desta comunicação é dar a conhecer o percurso e as inúmeras actividades e experiências que a CeT, ao longo da sua história algo atribulada, desenvolveu junto da comunidade e que contribuíram para reforçar os laços com e entre os cidadãos, outras iniciativas, organizações e entidades locais, donde se destaca o CES através da ECOSOC.

José João Rodrigues

Ver, julgar e agir com a Casa do Sal da Figueira da Foz

O Salgado da Figueira da Foz é um ecossistema onde interagem elementos naturais como o mar, o rio, a lua, o vento, o sol e a acção humana, homens e mulheres que criaram saberes e saberes-fazer que construíram as salinas onde se “produz” o sal marinho artesanal da Figueira da Foz. As dinâmicas globais desafiam as gentes do salgado a “ver, julgar e agir” para criarem caminhos inclusivos dos homens e das mulheres das salinas e dos seus saberes tradicionais numa “glocalidade” onde a sustentabilidade social, ambiental e económica seja construtora de transformação social. As Práticas e Redes Colaborativas de Produção Local são estratégias de mudança das relações produtivas de homens e mulheres, que temperam um ambiente de ação-conhecimento.

Moderação: Inês Rodrigues

15h30-17h00

10 anos da obra “África no Feminino”: Reflexões sobre a participação das mulheres portuguesas nas Guerras Coloniais (1961-1974)

Thaís de Oliveira Queiroz

A interpretação das guerras coloniais na África portuguesa: a construção de uma nova narrativa

O presente artigo tem como objetivo analisar o significado das guerras coloniais na África lusófona vis-à-vis a percepção das mulheres portuguesas que participaram do conflito. Dessa forma, será discutida a interpretação política desse momento histórico a partir de uma narrativa essencialmente feminina. Nesse escopo, abordar-se-ão questões como a ditadura em Portugal, a pressão social para os jovens participarem das lutas de independência no continente africano, a diferenciação de tratamento e privilégios dentro das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e o impacto que essa estrutura exercia na vida das famílias dos militares na África, o limitado acesso à informação e o desamparo do Estado em relação ao deslocamento das mulheres para os cenários bélicos. O artigo será dividido em duas partes principais, sendo que a primeira será focalizada no estudo histórico das supracitadas guerras, elucidando os seus principais acontecimentos em uma perspectiva comparada. Já a segunda parte se pautará em uma análise de discurso, tendo como fonte primária os depoimentos presentes na obra ‘África no Feminino: As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial’, de Margarida Calafate Ribeiro. Este trabalho almeja contribuir para o desenvolvimento de uma literatura específica pautada em uma visão mais humanizada e feminina das guerras coloniais na África lusófona, apontando maneiras alternativas e heterodoxas de se compreender os referidos acontecimentos. Além disso, a reinterpretação das lutas independentistas pode auxiliar na construção de uma hermenêutica mais holística e aprofundada dos eventos que se desencadearam após 1975 tanto em Portugal, impulsionando o 25 de Abril, quanto na configuração política das repúblicas que acabavam de se estabelecer em Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Ana Júlia França Monteiro

Outras vozes: mulheres portuguesas e memória nas guerras coloniais

This article aims to analyze the content of the reports of Portuguese women gathered in the book ‘África no Feminino’ (Calafate, 2007): 21 reports of women who accompanied their military husbands to the Portuguese colonial wars. Through NVivo, the intention is, primarily, counting the words and seeing what themes will come up from these women’s views, targeting discussions about the war context, that might be different from mainstream reports based on soldiers and governmental voices that often characterize the discourse on war. The social and academic relevance of these voices intend to add new outlooks to the discourse on human rights, such as how they were used as a government tool for war, gender, race etc, adding to the conception of memory and identity of women who have lived this moment up close, as teachers wives, mothers etc, and the political implications they might bring. The proposal here is, first to discuss, through a Human Rights perspective, how history has to be constantly reviewed and, more importantly, how the addition of ‘new’ voices can and should be important in order to frame a more accurate version of the facts. The article is divided in three main points. First a discussion on theory of Human Rights, inequality, exclusion, public and private spheres, and voices which we often choose to silence in order to give space for other voices; second, I will present an overview of the Portuguese colonial history and the colonial wars and discuss the presence of these women in a context of war, specifically in the middle of Salazar’s dictatorship, third the methodology and the analysis of the words and themes that were used to describe in the testimonies presented in Margarida Calafate’s book, and how those words and themes can represent those women, who

were active part of the colonial wars, and who are often forgotten. Finally, a conclusion, aiming to connect all the points mentioned previously.

Carolina Rispoli Leal

Sobre vozes e silêncios: gramáticas morais e discursivas na análise de relatos do África no Feminino

Após uma década de sua publicação, a obra 'África no Feminino: As mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial', de Margarida Calafate (2007), foi submetido às primeiras análises acerca de seu conjunto de 21 relatos de mulheres que acompanharam seus maridos durante as guerras coloniais. Inserido no tema da memória e dialogando com os pressupostos estabelecidos por Althusser (1980), especialmente os conceitos de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), sujeição, interpelação e reconhecimento, o texto propõe-se a problematizar sobre as categorias família, honra, emoções e obrigações presentes nos discursos dessas mulheres. Ao mesmo tempo, tal exercício, que resgata um período histórico pouco explorado - por tratar-se de uma perspectiva feminina enquanto agente presente nas guerras coloniais -, pretende abordar outros tópicos que passam esse contexto, tais como racismo e processos de emancipação.

Margarida Calafate Ribeiro

Revisitar África no Feminino

Nos 10 anos da publicação de África no Feminino - as mulheres portuguesas e a Guerra Colonial e a partir do desafio lançado pelas investigadoras Ana Julia Monteiro, Thais de Oliveira Queiroz e Carolina Leal irei expor algumas das premissas iniciais do trabalho, as suas materialidades e feitura e uma reflexão crítica, dez anos depois, atendendo a alguma bibliografia que, entretanto, foi preenchendo o que, na altura, era uma página em branco da história da Guerra Colonial.

17h00-17h30 Intervalo para café

Moderação: Elsa Lechner

17h30-19h00

Desconstruindo o Risco e a Alteridade: guiões hegemónicos e contra-narrativas sobre migrantes/refugiados e "Outros internos" nas paisagens mediáticas em Portugal e na Europa

Gaia Giuliani

(De)Othering: The Italian case

My paper will explore the visual representations of Lampedusa as a 'proscenium' (Cuttitta 2014, see also 2012) where a number of power relations, imaginaries, and stories (individual and collective) are continuously rehearsed and modified like in a work-in-progress mise en scène of the Self and its Others. Its reflection connects «visual/written texts» and «historical contexts», whether the texts are those reproducing the image of migrants and refugees in the media, upholding 'national security' discourses and 'risk management' measures, or the cultural materials forging the imaginary of the War on Terror.

Sílvia Roque

Outros internos, masculinidades e feminilidades: discursos de segurança em torno da ameaça terrorista em França

Pretende-se analisar a forma como os discursos sobre terrorismo foram construídos, em França, após diferentes atentados em torno de duas dicotomias: interno/externo e masculinidade/feminilidade, e como estas dicotomias sustentam e justificam as activação de determinados discursos e políticas de segurança.

Rita Gabriela Gomes dos Santos, Sofia José Figueira Santos

Mediando (in)seguranças: securitização, media(s) e políticas de medo

Sintetizando os processos de circulação de significados tanto nas instituições dos media como na vida quotidiana, e integrando processos de co-construção e conexão de textos, subtextos e estruturas de produtores e audiências, o conceito e papel da mediação é essencial para compreender a construção de percepções de segurança e insegurança. Sendo que na atual sociedade em rede, o ‘poder real é aquele que se encontra nos fluxos instrumentais e nos códigos culturais, integrados nas redes’ (Castells, 2000: 23), este trabalho visa explorar a centralidade da mediação na representação e construção de percepções de segurança e insegurança no caso da atual crise de refugiados na UE, focando-se conceptual e metodologicamente nas infra-estruturas e processos de agency da ecologia dos media.

Joana Sousa Ribeiro

Contra o desperdício das (sobre)vivências: Para uma ecologia ontológica

Tendo como referência o processo de (des)classificação social (política, jurídica e administrativa) a que os/as migrantes estão sujeitos/as, esta comunicação procura compreender esse processo tendo em conta o caso específico dos/as refugiados/as e requerentes de asilo. Enquanto sujeitos e requerentes de proteção internacional, a experiência dos/as refugiados/as e requerentes de asilo permite-nos compreender o que Boaventura de Sousa Santos designou como sendo a produção de não existências (Santos, 2014), um processo que resulta do estabelecimento de linhas abissais entre o Norte e o Sul globais e a correspondente diferenciação social de (sobre)vivências humanas. Considerando o debate epistemológico em torno de uma ecologia de saberes, esta comunicação procura realçar em que medida a sua concretização será sempre incompleta se não se compreender uma justiça ontológica, atenta às múltiplas (sobre)vivências dos seres humanos e, por isso mesmo, tendo como matriz uma ‘ecologia dos seres’. Para tal, esta apresentação dialoga com a interpelação de Gayatri Spivak, ‘Pode o/a subalterno/a falar?’, a perfazer 30 anos.

Moderação: Ana Raquel Matos

19h00-20h30

Epidemiologías del Sur”: barreras y posibilidades de la investigación-acción en salud colectiva

Jaime Ibacache Burgos

Güen Pañihue: una investigación-acción-colectiva en el Archipiélago de Chiloé

El trabajo presenta en un lenguaje audiovisual la contextualización, metodología y principales resultados de un proceso de investigación-acción-colectiva de 16 meses de duración (2016-2018) desde el paradigma crítico de la Epidemiología sociocultural, en el archipiélago de Chiloé, Sur de Chile. El objetivo común de esta ‘forma de conversación en largo y tendido’ alrededor del íntimo fogón chilote (forma predominante y pertinente de la propuesta metodológica) va más allá de la realización de una correcta investigación científica sino que pretende la transformación colectiva de los modos de apropiación destructivos que se han impuesto en el territorio. El medio ambiente en las zonas insulares de Chiloé está en permanente dialogo con las familias. Este dialogo se ha establecido desde tiempos ancestrales mediante la observación atenta de espacios sagrados y señales de la naturaleza, las cuales permiten prevenir daños en la familia y su entorno ecológico. Formas de habitar un territorio siempre cambiando, como el mar que sube y baja según la luna, y que entrega frutos y salud a quienes son capaces de escucharla. Dentro de la hoy denominada ‘cultura chilota’ han sido reproducidos estos saberes y prácticas de forma endocultural, lo cual continua modelando las conductas de las generaciones sucesivas, a pesar del despliegue agresivo de la modernidad y sus relaciones instrumentales con la naturaleza. La

investigación en terreno ha apoyado distintos procesos de visibilización y debate en defensa de estos espacios de salud colectiva.

Sebastián Medina Gay

Entre el neoliberalismo y el buen vivir: violencias y ecologías de saberes en salud en el Archipiélago de Chiloé, Sur de Chile

Como dentro de un pliegue interno de la modernidad, invisible para las políticas neoliberales del Estado de Chile, una constelación de saberes y prácticas asociadas al ‘Buen vivir’ resisten en la diversidad de familias que habitan los territorios de borde mar del archipiélago de Chiloé. Reflexionando a través de los registros etnográficos y audiovisuales de un trabajo de campo prolongado acompañando a la Unidad de Epidemiología Sociocultural del servicio de salud de Chiloé, estos saberes y prácticas interpelan a la transformación de los supuestos etnocéntricos desde donde la salud pública crea sus imaginarios de bienestar, higiene, salud y enfermedad. Al mismo tiempo, despliega alternativas viables ante un Capitaloceno en crisis global.

Paul Hersch Martínez

Las Epistemologías del Sur como referente en las dinámicas de atención-desatención a partir de experiencias de trabajo en México

A partir de de diversas experiencias de trabajo en zona rural con grupos campesinos en México, a través de procesos de participación social, tanto en el campo de la educación para la salud como en el de la epidemiología sociocultural y los saberes locales en torno al eje de la atención-desatención, nos percatamos de que la perspectiva de las Epistemologías del Sur tiene un carácter referencial pertinente, tanto para la reflexión como para el trabajo aplicado. Se señalan algunos rasgos de relevancia respecto a esta confluencia, una síntesis de lo que de ello resulta en un análisis integrador, y sus posibles implicaciones prácticas.

Marcelo Firpo Porto

Saúde Coletiva, Epistemologias do Sul, Ecologia e Promoção Emancipatória da Saúde: experiências com investigação-ação no Brasil

Diante da gravidade da crise envolvendo graves retrocessos de políticas sociais em curso no Brasil e várias regiões do planeta, a proposta do artigo é pensar alternativas para o desenvolvimento teórico-metodológico e de práticas no âmbito da saúde coletiva numa perspectiva emancipatória. Trata-se de um convite à reflexão de novos horizontes teóricos e políticos que façam dialogar a saúde coletiva e as possibilidades de investigação-ação com os referenciais da abordagem pós-colonial e da proposição das Epistemologias do Sul (EdS). Estas são compreendidas como um amplo corpo teórico crítico, um pensamento alternativo de alternativas construído para enfrentar o pensamento único da modernidade eurocêntrica a partir de seu modo tricéfalo de dominação: o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado. Estes, na visão de Santos, articulam-se de diferentes maneiras em diferentes contextos e regiões, e a incapacidade de analisar articuladamente tais formas de dominação impedem as teorias críticas de avançar na compreensão e apoio às lutas emancipatórias por dignidade e contra as exclusões radicais de inúmeros povos, populações e movimentos sociais. A apresentação concentrar-se-á em casos envolvendo saúde e ecologia nos campos (agronegócio, agrotóxicos e agroecologia) e cidades (lutas sociais nas favelas do Rio de Janeiro) na realidade brasileira.

Cristina Larrea Killinger

Comentário

Sala 4.1

Moderação: Carlos Fortuna

9h00-10h30

O direito à/na cidade: artes, discursos e normatividade no espaço público

Patrícia Branco

Brincar com o direito. Ou o que a análise de um parque infantil nos revela em termos das normatividades no quotidiano

Um parque infantil é muito mais do que um lugar onde as crianças podem brincar. Materializa a espacialização de um conjunto de práticas, papéis e de regras de conduta, sociais e normativas. Nesse sentido, um parque infantil é semelhante a uma jurisdição, pois tem a ver com o alcance do direito, seja formal ou informal, sobre um território definido. São, pois, jurisdições concretas, que definem uma área ou território onde o jogo/brincadeira pode ocorrer, ou seja, onde as crianças podem brincar e como o podem fazer. Isso significa, num sentido negativo, que as crianças só devem brincar dentro dos limites estabelecidos pelo município, usando o equipamento existente sob a supervisão de um adulto responsável, e tal brincadeira não deve ter lugar para lá desses limites, isto é, nas ruas da cidade, ou contra o que é permitido por uma cidade adequada às necessidades dos adultos. Como tem vindo a ser sublinhado por relatórios como o do Observatório Italiano para a Infância e Adolescência (2016), o espaço-tempo de brincadeira compartilhado pelas crianças está cada vez mais circunscrito em termos de tempo (reduzido) e lugar (privatização dos espaços). É também um local privilegiado para observar o direito a interagir e a ‘jogar’ connosco, crianças e adultos, e a forma como reagimos a tal interação e como essa relação recursiva molda a forma como compreendemos o nosso lugar no mundo, quotidianamente. Nesta comunicação irei analisar o parque infantil de Piazza Cavour na cidade de Nápoles, em Itália, e algumas das suas múltiplas maneiras de ver, sentir e experienciar o direito, examinando-o: em primeiro lugar, como um lugar de homogeneização e normalização dos corpos; e, em segundo lugar, como uma estrutura social, onde o estado de manutenção do parque infantil é moldado, ao mesmo tempo que molda, o modo como o direito, e particularmente o direito civil, ainda considera as crianças, isto é, como cidadãos/ãs menores ou débeis.

Valerio Nitrato Izzo

A cidade entre direito e direitos: conceitos, práticas, representações

Observar a cidade hoje em dia é uma maneira de refletir e compreender mais amplamente o fenómeno jurídico na sua complexidade. Ver o direito através da cidade (Seeing like a city) assim como ver a cidade através do direito permite focalizar muitos problemas jurídicos da contemporaneidade com perguntas e instrumentos pouco frequentes e novos. Pensar a dimensão urbana do futuro não pode prescindir de uma análise das modalidades de representação do jurídico e das práticas que nela ganham forma. A relação entre direitos e cidade e a ideia do direito à cidade como direito a ter direitos, são temas de uma cidade juridicamente possível, onde práticas jurídicas diferentes coexistem. Nesta perspectiva irão analisar-se fenómenos diferentes como a arte urbana, o acesso ao espaço público, a regulamentação da street art como exemplos de diferentes formas de normatividades urbanas.

Ana Raquel Matos, Olga Solovova

Os discursos de contestação em movimento no espaço público da Alta de Coimbra

A Universidade de Coimbra (UC) conta hoje com 726 anos de existência e integra, junto com a Alta e Sofia, desde 2013, a lista de bens Património Mundial da Humanidade. Da história de Coimbra, enquanto cidade universitária, faz parte a tradição de contestação política estudantil.

Quem circula na Alta vai descobrindo uma diversidade de artefactos visuais: palavras de ordem, reivindicações associadas a movimentos sociais concretos ou simplesmente manifestações individuais/existenciais. Apesar do seu valor patrimonial, o espaço envolvente da UC apresenta-se como lugar contestado e de contestação, colocando desafios analíticos aos cientistas sociais, assim como obrigando, a quem o cruza, ao confronto com discursos e perspectivas que invocam o direito à salvaguarda do património, ao protesto e ao espaço público. A presente comunicação desenvolve uma análise interdisciplinar sobre os discursos veiculados pelas inscrições em torno da Universidade de Coimbra (UC) e Alta. Privilegia-se uma abordagem sociológica a partir da teoria dos movimentos sociais, sobretudo sobre a ação de contestação no espaço público, a qual se complementa com a noção de paisagem semiótica, da sociolinguística, que encara o espaço público enquanto espaço de significação. É nesta reflexão em torno dos discursos - sobretudo os de protesto, e do direito de salvaguardado património - que se analisa uma seleção de imagens, interpretando o conteúdo das mensagens, seus possíveis autores e seu valor semiótico. Este exercício analítico não atenta numa análise definitiva e exaustiva do espaço histórico da Alta e Universidade de Coimbra, nem nos múltiplos elementos que neles intervêm. Este espaço apresenta-se simultaneamente dinâmico e volátil, em constante mutação, convidando-nos permanentemente a novas interpretações e significados a partir de outras abordagens disciplinares.

Filipa do Carmo Pereira Gomes

Retorno e reintegração de migrantes nos seus países de origem

Segundo o último relatório da Nações Unidas, a percentagem de pessoas migrantes, em 2017, atingiu os 3.4% da população, (um aumento de 50% de migrantes no mundo desde 2000), sendo que cerca de 429 imigrantes pediram auxílio para retornar aos seus países. Ainda neste ano, o Programa Árvore, levado a cabo pela OIM Portugal, apoiou 261 migrantes voluntários no retorno ao seu país de origem (o quadruplo dos apoiados em 2016). Pretende-se, assim, apresentar os primeiros resultados de um projeto relativo ao retorno voluntário de migrantes, apoiados pela OIM, desde a sua saída, a partir de Portugal, até à sua chegada e reintegração nos seus países de origem. Alicerçado numa análise de literatura, análise estatística e entrevistas a imigrantes retornados, a comunicação apresentará ainda evidências do modo como a (re)integração, ou a falta dela, transforma todo o processo migratório e põe em causa todas as dimensões da vida pessoal, social e profissional de cada migrante.

10h30-11h00 Intervalo para café

Moderação: Paulo Peixoto

11h00-12h30

ECHOES: Heritage as experience of alternative decolonial knowledge

Jan Ifversen

Narcissist historiography, repression and re-emergence

The inward-looking Europe has been a recurrent idea in writings of European histories. The history of a Europe slowly rising from the catastrophe of WWII and finding itself in economic growth, welfare and European integration has taken a preponderant place in many history books and not least in European identity politics. Even if Europeans managed to come to terms with dark sides of a common past, it was at the expense of histories left out or erased. While the atrocities of totalitarianism could be made into a lesson learned by a democratic Europe based on universal values, the much longer-lasting past of colonial dominance over three quarters of the entire world by European, colonial powers has been repressed. The role of colonialism for

the rise of capitalism in Europe and for the forming of a postcolonial Europe is still not part of the master narrative. The motto of a Europe united in diversity does not include peoples that were once part of a colonial empire. It does not include all those people that have been conceptualized under the catch-all term of the migrant – the permanent stranger in Europe. It does only half-heartedly include those peoples from Central and Eastern Europe that are still partly orientalisated. This history that was once repressed is re-emerging forcefully in the shadow of the so-called migrant question that is now completely dominating the political agenda in the EU as well as in most member states. Impersonated in the migrant, the history of colonialism is showing itself in Europe. In this paper, we will investigate this re-emergence in transnational museums that either directly tell the history of colonialism and migration such as the International Slavery museum and le musée de l’immigration, or indirectly by inserting it in existing frames such as the house of European history.

Márcia Chuva, Astrid Nonbo Andersen

Decolonial heritage practices in entangled cities

Colonial entanglements between cities often continue into the postcolonial period. The aim of this research project (which forms part of the larger ECHOES project) is to explore new heritage movements in cities tied together by their shared colonial history, in this case two pair of cities tied by a shared colonial history: Rio de Janeiro/Lisbon and Nuuk/Copenhagen. In the case of Rio/ Lisbon the project will investigate the African presence in the harbour areas of both cities; in the Nuuk/Copenhagen case the project will investigate how new Greenlandic expressions of political activism, art etc. impact public debate and media representations. Or, in other words, we will look into emergent practices at street level, in popular culture (festivals), design and in artistic expressions, as well as those practices emerged by dealing with public policies of heritage, and look into how and to what extent these emergent practices change old colonial ties and give voice to subaltern groups or whether these voices become part of the “colourful” diverse city that are praised in “gentrifying” strategies. As the ECHOES project is still in its initial phase and all fieldwork not conducted at this point, we will in this paper focus in on the two cities Rio de Janeiro and Copenhagen with the intention to demonstrate different issues and ways to deal with colonial heritage in Rio de Janeiro and in Copenhagen, looking for convergences between these highly different experiences.

Małgorzata Głowacka-Grajper

Eastern Europe in Postcolonial Perspective: A Critical Revisit of Emerging Research Field

Eastern Europe, in the nineteenth century was part of Russian, Austro-Hungarian and Ottoman land empires and subjected to Prussian expansionism. After a short period of independence, in the result of the Second World War, the countries of this region became the part of the Soviet bloc in the second half of the twentieth century. Almost 30 years after the collapse of the Soviet Union, the commencement of political transformation and almost 15 years of membership in the European Union of East-Central European countries, debates on the history of dependence on imperial countries, on its character and influence on the contemporary situation are underway in many countries of this region. Increasingly, postcolonial theories are used to analyze the situation in these countries. This paper critically revisits this emerging field of international scholarship and focuses on post-Russian and post-Soviet heritage in Warsaw. On the example of discussions concerning Warsaw, first, I will try to show how the situation of this city is defined as dependent on European empires, particularly on Russia and the Soviet Union. I will present ways of understanding post-colonialism and de-colonialism and I will analyze the limits of the use of these categories and their political and cultural situatedness. Second, I will illustrate my talk with

cases of the treatment of Russian/Soviet heritage in contemporary urban space (such as for example removing the Russian Orthodox churches and Soviet monuments from the public space, repressing the Russian involvement in the city development or reframing the Soviet material heritage by redefining it as the part of Polish national discourse or reframing it by ridiculing its presence). I try to discuss how these observed forms and practices of dealing with Russian and Soviet heritage are ‘post-colonial’ or ‘de-colonial’, and what are possible directions of heritage development in Warsaw.

Cristiano Gianolla

Heritage as border towards postcolonial intercultural translations

Heritage is widely recognised and studied as a contact-zone between cultures where the narrative of the past informs the epistemological perspective of the present. Through heritage cultures are exposed or silenced. The aesthetic expression provides a philosophical and political overview on the past and shapes the understanding of cultures and societies in the present. The struggle for “multicultural” heritage serves a number of scopes ranging from the assimilation of subaltern cultural discourses within the hegemonic narrative, to the emancipation of postcolonial intercultural understanding. The symbolic and political space of heritage sites can therefore be recognised as a border between cultures, the place where different epistemic perspectives enter in a process of political debate with a varying level of democracy. By studying heritage as boarder between cultures, research focuses on the interaction that sustains the formulation of the philosophical and political understanding of heritage and the way it becomes an obstacle or a facilitator for “intercultural translations”. In a postcolonial or decolonial perspective, studying heritage as boarder implies a critical analysis of the colonial exclusionary exercise of epistemic mainstream narrative over subalternised cultures with a democratic underpinning. This approach includes and overcomes the vast literature engaged with heritage in conventional boarder zones; it considers heritage as a symbolic border zone between cultures that may or not be part of the same state. The border is a metaphorical zone of cultural encounters that allow to understand to what extent heritage is used for intercultural and postcolonial reconstruction of the epistemological paradigm of society. This explorative presentation stresses the theoretical framework elaborated and envisages the methodological implications of this approach.

12h30-14h00 Intervalo para almoço

Moderação: Sara Araújo

14h00-15h30

Entre a razão quente e a razão fria, o presente do projeto Alice e o futuro das Epistemologias do Sul (I)

Aline Mendonça dos Santos

As outras economias no marco das epistemologias do Sul

Ao olhar para as outras economias nos diferentes continentes, percebem-se experiências de produzir e viver que refletem uma diversidade significativa de histórias de emancipação e solidariedade que demonstram o cotidiano de pessoas e comunidades que não desistiram da possibilidade de viver com dignidade. Embora o pensamento moderno ocidental imprima uma lógica de produção do conhecimento e da vida que deixa invisível e desperdiça essas experiências, os sujeitos que as vivem resistem à lógica dominante e dinamizam outras formas de produzir e viver. Apesar da perspectiva hegemônica que insiste em minimizar estratégias sociais, políticas e econômicas, a produção de alternativas sobrevive adaptando-se às novas conjunturas sociohistóricas que permitem o aparecimento de experiências alternativas à dinâmica

capitalista e precisam ser compreendidas como formas de luta, capazes de potencializar a disputa por uma nova hegemonia. Desta forma, as outras economias são compreendidas como alternativas econômicas e como uma das questões fortes das epistemologias do Sul. Apesar da diversidade destas experiências, o sentido que as aproxima revela uma diversidade relevante de atividades econômicas que guardam semelhanças no que diz respeito à gestão, à organização do trabalho e à relação com a natureza e a comunidade. É justo dizer que estas experiências compartilham formas alternativas em prol de outra economia e contribuem para a compreensão de um novo paradigma de conhecimento e de sociedade.

Antoni Aguiló

Las epistemologías del Sur como epistemologías de lo común: perspectivas y retos

El objetivo principal de esta comunicación es explorar en qué medida las epistemologías del Sur pueden contribuir, en el actual momento histórico, a ampliar los repertorios de pensamiento emancipador y producir prácticas políticas instituyentes basadas en lo común como principio articulador y horizonte de sentido de una política alternativa a la hegemonía mundial del capitalismo, del colonialismo y el heteropatriarcado. En este sentido, se establecen las coordenadas epistemológicas y políticas desde las cuales las epistemologías del Sur pueden movilizar la cuestión de lo común como perspectiva, horizonte y estrategia capaz de generar formas contrahegemónicas de producción y gestión de lo social y lo político, planteando algunos elementos de debate de cara a la ampliación de las epistemologías del Sur a partir de los desafíos suscitados por una “sociología de las emergencias” de lo común.

David Veloso Larraz

La unidad de las izquierdas desde las epistemologías del Sur: prácticas democráticas en el Sur de Europa

La salida a la mayor crisis del neoliberalismo se canalizó desde el marco de la austeridad. La falta de imaginación se reflejó en la aplicación de los mismos principios para corregir los embates de los mercados. De tal manera, proyecto ALICE tenía como objetivo principal contrarrestar esta ausencia epistémica desde las emergencias de las ecologías de saberes del Sur. Fruto del trabajo de traducción intercultural se articuló un nuevo concepto: demodiversidad. Porque como escribía Boaventura de Sousa Santos en su primera carta a las izquierdas ‘la democracia de alta intensidad es la gran bandera de las izquierdas’. La unidad de las izquierdas permitió en Portugal un acuerdo histórico que se ha convertido en un caso paradigmático de gobernabilidad para el desborde de la (social)democracia liberal. En España, la potencia y diversidad del 15-M fue catalizada por Podemos, creándose una fuerza política para la disputa de la democracia que ha sido capaz de construir alternativas en el campo municipalista. Por último, la ‘Declaración de Lisboa’ aborda otro desafío para las izquierdas, revolucionar la democracia ante el proceso tecnocrático de la Unión Europea.

Erick Morris

Desaprendizagens do Sul: a educação popular em movimento

Este trabalho é um recorte da minha pesquisa doutoral em andamento, que foi iniciada no contexto da investigação no projeto Alice, sendo baseada na proposta teórica e metodológica de Boaventura de Sousa Santos, das Epistemologias do Sul e das Sociologias das Ausências e das Emergências. Esta tem como objetivos abordar algumas iniciativas da rede/movimento Universidad Trashumante (UT), evidenciando conhecimentos que têm sido ativamente silenciados pela universidade tradicional. Por meio de práticas de educação popular, a UT trabalha a autonomia como base de uma formação libertadora. Suas atividades são todas

autofinanciadas mediante peñas, trabalho coletivo e redes de solidariedade, mantendo-se de modo independente. A partir desta experiência serão levantadas questões de como estas práticas podem colaborar com a nossa desaprendizagem coletiva e também problematizar desafios que os movimentos sociais têm enfrentado no processo de transformação política atual na América Latina.

Moderação: Sara Araújo

15h30-17h00

Entre a razão quente e a razão fria, o presente do projeto Alice e o futuro das Epistemologias do Sul (II)

Maria Paula Meneses

An excursion to the kitchen to experience an ecology of sense

The global South, the silenced world without presence in libraries that reproduce global Eurocentric representations - is a space of violent encounters but also a crossroads of knowledge. Modern scientific thought insists on imposing an abyssal line, splitting the world into a modern world 'the global North' and a world where the subjects are actively produced as subaltern non-beings, with no right to a voice and to express their wisdom' the global South. To know about this South with the South stands at the core of ALICE project. In this presentation I ask if it possible to rethink African epistemologies from other positions. Much of what we know about the global South 'the silenced world without presence in libraries that reproduce global Eurocentric representations - is a space of violent encounters but also a crossroads of knowledge. To know about this South with the South stands at the core of ALICE project, a challenge against any monolithic approach to knowledge; rather, in Boaventura's perspective, the goal is to achieve an ecology of knowledges, knowledges that are anchored in specific projects and struggles. To go South means to overstep the abyssal line generated by the triple articulation of oppression - capitalism, colonialism and heteropatriarchy. The abyssal differentiation mirrors the scientific hegemonic epistemology project which demerits and excludes all other knowledges. The subjects that produce 'other' knowledges are actively produced subaltern non-beings, without the right to have a voice, to express their wisdom. Is it possible to think more broadly, to rethink African epistemologies, from other positions? Kitchens, ruled mainly by women, are huge laboratories which pose questions about how and where we create dialogues in the world, searching for other (non-eurocentric) epistemological and aesthetic connections. The taste, textures and sequences of dishes are essential to retrieving the history, geography and other knowledge shared within and between cultures. Cooking epitomizes an ecology of senses, borrowing Boaventura's reposition. As an epistemic project, cooking can be seen as questioning in itself. Senses such as smell and taste have been underestimated by northern epistemologies, possibly because they threaten the abstract regime of eurocentric modernity produced by sight and hearing. This presentation focuses on the analysis of the oral knowledge involved in the preparation of foods that has shaped the palate on both margins of the Indian Ocean, taking as key point the food knowledge in Goa and Mozambique. The epistemic potential of knowledges (essentially oral) by women in foodmaking that shape the Indian Ocean palate production is enormous. It reveals hybridity, cross-cultural appropriations, resistances, struggles, recognizing women as full knowledge producers.

Luciana Zaffalon

A política da justiça no campo da segurança: a relação entre os três poderes no Brasil, a distribuição do orçamento público e a justiça que blinda a sociedade civil íntima e persegue a sociedade civil incivil

Considerando o conceito de Democracia proposto por Boaventura de Sousa Santos, compreendida como ‘sistema de transformação do poder desigual em autoridade partilhada’ (2016), e partindo da hipótese de que o Sistema de Justiça tanto pode favorecer o aprofundamento democrático quanto, ao contrário, pode o obstaculizar, o estudo se propõe a desvelar os processos de politização do Sistema de Justiça estadual no Brasil para compreender de que maneira afetam o aprofundamento democrático local. A pesquisa leva em conta a distribuição do orçamento público, o desempenho das atribuições dos Poderes Legislativo e Executivo no que compete à influência na gestão da justiça e a aplicação prática da justiça nos campos da segurança pública e penitenciário, pelas instituições que integram o sistema de justiça estadual: Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. É diante da verificação de que as disputas envolvidas no controle da administração da justiça têm um componente político partidário estruturante, que se imbrica às pautas remuneratórias e corporativas das carreiras jurídicas, que propomos o deslocamento do foco das análises que consideram apenas a judicialização da política no equacionamento democrático da separação ideal entre os poderes, para trazer à luz também a agenda do Poder Executivo dentro das instituições de justiça. Trazemos à baila, neste debate, a influência dos processos de decisão política sobre a independência judicial, considerando práticas que não se localizam necessariamente nos espaços mais visíveis da dinâmica formal e normativa da separação de poderes.

Luciana Jacob

Conhecimento agroecológico: uma epistemologia pós-abissal

Os processos de produção de conhecimento na universidade contribuem para a manutenção do paradigma hegemônico; nesse sentido, na área das ciências relacionadas à agricultura no Brasil, as atividades acadêmicas se articulam em torno do agronegócio como princípio de desenvolvimento. A hegemonia da abordagem acadêmica deste paradigma foi possível através da desqualificação promovida pela ciência moderna dos conhecimentos que não se adequavam ao cânone por ela imposto. Os saberes camponeses não foram levados em conta no processo de institucionalização do conhecimento, ao passo que seus figurantes ficaram à margem dos benefícios do que foi considerado válido pela ciência: eles foram invisibilizados pela linha abissal. O que aqui se pretende apontar é que a agroecologia é capaz de se constituir como um conhecimento pós-abissal por dois motivos. O primeiro é justamente porque se nega a produzir saberes e práticas sem contextualizá-las, sem legitimá-las a partir das circunstâncias de vida de agricultores e agricultoras que estão do lado invisível da linha abissal. Quando tratamos da construção do conhecimento agroecológico, não podemos fazê-la à margem dos contextos sociais, culturais, ambientais e históricos em que estão inseridos os grupos sociais silenciados pelo paradigma do agronegócio. Não se trata de construir conhecimento para, mas sim construir conhecimento com estes grupos sociais. Esse é um caminho epistemológico e metodológico capaz de conferir concretude às práticas acadêmicas e compelir a uma transição paradigmática no campo científico. O segundo motivo é porque a agroecologia se propõe, assente na proposta conceitual aportada por Boaventura de Sousa Santos, a ultrapassar as lógicas de produção de não-existência e transmutá-las em ecologias. Para além de um profícuo encontro entre diferentes disciplinas e áreas do conhecimento, a agroecologia dá um passo adiante no questionamento do próprio paradigma de ciência. A confrontação do conhecimento produzido para a consolidação do agronegócio ‘como o único projeto possível de agricultura no país’ pelo conhecimento agroecológico passa pela identificação de outros saberes e outros critérios de rigor que operam em contextos e práticas sociais declarados como não-existentes. Colocar em diálogo saberes considerados científicos com outros saberes e, além disso, questionar o posicionamento

alternativo da agroecologia ao saber científico são tarefas atuais para a transformação do que se entende por epistemologia no domínio da agricultura.

Luciane Lucas dos Santos

Feminisms of the South and intercultural translation as political articulation between subaltern women

Fear and contempt for substantial asymmetries threatening the basic living conditions of a large number of social minorities have been differently called: anxiety of incompleteness, fear of the small numbers (Appadurai 2006), fear of barbarians (Todorov 2010), social death (Patterson 1982), to name but a few. To explain the naturalised hierarchies in the societies and between them, Boaventura de Sousa Santos has described the modern rationality as an abyssal thinking. These concepts have tried to demonstrate how racism, xenophobia, etnocide, feminicide, as well as different forms of material violence have been largely spread and banalised within societies. Departing from contradictions of Modernity, in which coloniality is anchored, this paper intends to debate, first and foremost, the relationships between fear and the building up of social hierarchies. Given subaltern groups may be threatened by the same powers and institutions, I question how solidarity ties can be strengthened to foster political alliances, not solely fighting against prejudice and economic asymmetries but also erasing the apathy for inequalities concerning the Others. In this sense, after problematising the concept of translation (Sousa Ribeiro 2004; Venuti 1998; Dutton 2002), I argue that intercultural translation, as proposed by Boaventura de Sousa Santos (2007), may work as an epistemic antidote to deal with the fear of Othering, colonial epistemologies (Sousa Ribeiro 2004) and prejudice which comes from ignorance concerning different logics, cosmovisions and racionalities. I also argue that, in contexts of profound inequalities being naturalised and ignored, intercultural translation can help some social movements overcome the centrality of their own agenda and foster political articulation to tackle common challenges. Departing from a fieldwork experience, I explore the possibilities of intercultural translation between peripheral and indigenous women in Brazil, considering their expectations, perspectives and ways of organising material life. Given indigenous economies' specificities, on one hand, and peripheral women's daily mechanisms to face poverty and social vulnerability, on the other, I discuss the possibilities for dialogue, mutual help and alliances against big corporations and their interests.

17h00-17h30 Intervalo para café

Moderação: Cláudia Pato de Carvalho

17h30-19h00

O discurso da igreja católica sobre a “ideologia de género”? Ausências e emergências

Teresa Toldy

A cruzada da Igreja Católica contra a “ideologia de género”

Esta intervenção pretende constituir uma análise crítica do discurso da Igreja Católica contra aquilo que a mesma designa como ‘ideologia de género’. A documentação do Vaticano relativa ao tema começou a ganhar forma com o Papa João Paulo II. Bento XVI prosseguiu na mesma linha. O Papa Francisco, apesar de poder ser considerado como um teólogo da libertação da primeira geração, parece não possuir um vocabulário de claro afastamento dos pressupostos teóricos que conduzem à crítica à chamada ‘ideologia de género’. Ainda no tempo de Bento XVI, o discurso começou a passar à acção, existindo grupos dentro da Igreja Católica que conduzem este ‘combate’ contra a ‘ideologia de género’ numa ‘cruzada’ também no espaço público, nomeadamente, em escolas em países europeus. O foco central da crítica à chamada ‘ideologia de género’ está na afirmação de que a mesma destrói a noção de ‘feminilidade’, bem como de

família. Estes tópicos foram e são retomados também por conferências episcopais de diversos países europeus, as quais, na sequência da perspetiva de Bento XVI, redigiram documentos repetindo as críticas à ‘ideologia de género’ provenientes dos documentos do Vaticano. Ora, estes documentos relativos à mulher desde sempre foram ideológicos, isto é, prescritivos daquilo que consideram o ‘dever ser’ da mulher, ditado pela ‘natureza’. A intervenção aqui proposta analisará as categorias fundamentais utilizadas nos documentos em causa para definir tanto a mulher e a família, como para criticar a chamada ‘ideologia de género’. A análise documental permitirá verificar como o discurso essencialista e biologizante sobre ‘a mulher’ torna ausente as vozes das mulheres, uma vez que estas constituem o objeto definido, e não as protagonistas, com uma voz própria.

Fernanda Henriques

É preciso resgatar o que os silêncios e as ausências fizeram desaparecer da ordem simbólica do ocidente sobre as mulheres e o feminino

Esta intervenção pretende articular a sociologia das ausências de Boaventura de Sousa Santos com a perspetiva de Paul Ricoeur da necessidade e da possibilidade de resgatar ‘as possibilidades contidas no passado’ que a nossa Tradição reprimiu e ocultou, de modo a ‘donner aux choses un cours nouveau, à partir d’une initiative qui annonce une suite et ainsi ouvre une durée. Commencer, c’est commencer de continuer [?]’ (Paul Ricoeur). Partindo da ideia de que, mesmo tendo apenas em conta a tradição ocidental, há demasiadas ausências e silêncios, nomeadamente no que toca às conceções antropológicas que, sob a sombra de um pretensio universal neutro, defenderam a existência de um modelo de natureza humana que excluía as mulheres e o feminino de um modo muitas vezes subreptício, contribuindo, dessa forma, para a construção de uma ordem simbólica discriminadora das mulheres e do feminino, trata-se de argumentar que é necessário e urgente «raconter autrement» (Paul Ricoeur) essa tradição e, assim, contribuir para a configuração de uma memória crítica ou de uma memória justa sobre o nosso legado simbólico. Esse diferente percurso narrativo terá de ter, necessariamente, duas dimensões. Uma desconstrutora que desoculte o papel ideológico que o cristianismo assumiu na transmissão de uma visão dogmática da natureza humana no feminino e que se entrosou com o desenvolvimento do pensamento filosófico. Outra reconstrutora que proceda a fazer emergir outras perspetivas antropológicas que empoderem simbolicamente os discursos feministas através de diferentes linhas de interpretação, na medida em que «a nossa herança é o nosso poder» (Judy Chicago).

Júlia Garraio

Formulando alternativas à ideologia de género da Igreja Católica. Sobre algumas releituras feministas da lenda da Papisa Joana

Apesar de a sua veracidade ser contestada pela historiografia, a lenda da Papisa Joana gozou de grande popularidade ao longo dos séculos e, para além das abundantes referências em textos de debate religioso, são numerosas as criações artísticas que nela se inspiram. Mais recentemente, têm sido sobretudo vozes feministas que se têm apropriado da lenda para formular alternativas progressistas à ideologia de género preconizada e imposta pelo Vaticano. A Papisa Joana é assim recuperada como uma alternativa silenciada ao que a história do Catolicismo poderia ter sido, ou seja, imaginada como uma espécie de genealogia feminista cristã esmagada pelo patriarcado vencedor. Esta comunicação pretende analisar duas obras exemplares desta tendência, o filme *Die Päpstin* [A Papisa Joana] de Sönke Wortman (Alemanha/ Reino Unido/ Itália/ Espanha, 2009) e o romance em que o guião se inspira, *Pope Joan* (1996) [Papisa Joana, 2000, tradução de Teresa Toldy] da autora norte-americana Donna Woolfolk Cross, enquanto tentativas de ‘transformar as ausências em presenças’ (Sousa Santos). Valorizando a ausência de vestígios

históricos sólidos da figura como prova, não da sua inexistência, mas da força do seu silenciamento pela ideologia de género que a destruiu, Cross e Wörtmann assumem a imaginação artística como meio para suprir o apagamento, capaz de tornar visível o que fora invisibilizado pelo poder. É assim que as duas obras, mais do que tentativas de criar ficções verosímeis do que foram as histórias silenciadas da Idade Média, se afirmam como veículo para a formulação de um ideal de Igreja de acordo com os anseios de largos setores do catolicismo mais progressistas de finais do século XX. Esta comunicação argumenta que o filme ambiciona popularizar um ideal de Pontificado alternativo ao de João Paulo II (1978-2005), do qual data a publicação do romance, e sobretudo ao de Bento XVI (2005-2013), quando o filme foi produzido. Este ideal também tem servido de termo de comparação para avaliar as ações de Francisco I tanto por parte dos seus defensores como dos seus críticos progressistas. Questões como a sexualidade feminina, o acesso da mulher ao poder, as preocupações sociais e a relação com os/as não-católicos/as funcionam como eixos para a construção desta alternativa à ideologia de género promovida pelos dois pontificados.

Tiago Pires Marques

Ideologias de género e dominação masculina no debate católico sobre a pílula contraceptiva

Nos meios católicos europeus, a comercialização da pílula contraceptiva na década de 1960, marco histórico da emancipação das mulheres, veio relançar os debates teológicos, morais e médicos sobre a legitimidade da contraceção. A “questão da pílula” revelou-se fraturante no universo do catolicismo, criou novos distanciamentos entre diferentes denominações cristãs e alimentou uma nova fase das guerras culturais entre crentes e militantes anti-religiosos. Partindo-se de uma análise histórica destes debates, observo a diversidade de discursos centrados na “natureza feminina” e nas relações virtuosas entre homens e mulheres. Argumenta-se que existiu, não uma ideologia de género, mas uma multiplicidade de construções ideológicas em torno do género, cujos temas atravessaram, em muitos casos, as várias posições em confronto. A identificação de um núcleo temático partilhado, contribuirá para uma melhor compreensão da dominação masculina enquanto dimensão estrutural da sociedade.

Moderação: Bruno Sena Martins

19h00-20h30

Critical approaches to human rights in support of counter-hegemonic struggles

José Ricardo Robles Zamarripa

Are the conventional theoretical conceptions of human rights reinforcing the social struggles' disconnection?

Until today, there is a strong ‘commonsensical’ way of understanding the ‘human rights field’ that has been built upon multiple social processes. This approach is usually coincidental with national and international human rights ‘standards’ and, therefore, with the usual juridical-theoretical approaches to such rights. Within that framework, this paper tries to address how some conventional theoretical HR conceptions tend to generate -or at least reinforce- the reasons to divide the social struggles for resistance and the defense of different ways of living and being. Such dynamic is highly problematic when the ways in which oppression works are multiple, and -most of the time- systematic. Usually the various forms of resistance are not connected and, on the contrary, the existence of a persistent fight between them is not uncommon. Based on that worrisome scenario, this paper is focused on pointing out some ways in which the commonsensical theoretical work on HR, far from reinforcing the ‘communicating vessels’ between diverse forms of construction of counter-hegemonic alternatives is one of the generators of several sources of disconnection with the final intention to introduce some ideas to invert such

disconnecting dynamic towards a HR conception with less fragmentation potential. Those ideas will be developed considering the relevance of implementing a critical approach to all the HR phenomena in the widest sense possible. For that reason, the theoretical critiques will be framed in a critical perspective of human rights history and concretely, towards the construction and use of the international human rights law system. Additionally, the critiques will unfold taking into account the knowledges and struggles of some indigenous peoples in Latin America, from an intercultural critical approach, and their conceptions and counter-hegemonic uses of human rights as a tool of resistance.

Jessica Carvalho Morris

Is There an Emancipatory Path for International Human Rights?

Human rights have become a hegemonic concept. Never before have there been more laws, covenants and treaties nor have there been more organizations dedicated to the promotion and protection of human rights. At the United Nations level alone, there are five charter based bodies and ten UN treaty bodies and almost 20 core conventions on human rights. At the regional level, there are several human rights systems (i.e. Inter-American System, European System, African Union?). international non-governmental organizations (INGOs) as well as national non-governmental organizations (NGOs) have multiplied globally. Amnesty International has become the largest human rights organization, calling itself a movement of 7 million people around the world and raising in 2016 279 million. Human Rights Watch did not fall too far behind and raised over \$220 million that same year. Private foundations have invested billions of dollars in the past decades in funding the field. In fact, in 2010, foundations in the Global North invested \$1,2 billion on human rights INGOs and NGOs. However, notwithstanding this hegemony, the world has not become a more equal or just world. The richest 1% now have more wealth than the rest of the world combined. Since World War II, we are witnessing the largest humanitarian crisis with 20 million people facing starvation, the most severe refugee crisis with five million Syrian refugees, and the deadliest civil war with half a million people dead. Countries continue to actively torture and use drones indiscriminately, and massacres and disappearances continue to be carried out with impunity. Governments have openly and publicly made racist and hateful comments about various groups (i.e. women, LGBTI, immigrants, Muslims, etc.) and implemented discriminatory policies violating those groups' rights. Thus, despite 'the global hegemony of human rights as a discourse of human dignity' [a] large majority of the world's inhabitants are not the subjects of human rights. They are rather the objects of human rights discourses? (Santos, 2009). In this context, we must then ask, how is it possible that if there are more covenants, treaties, bodies responsible for monitoring and protecting human rights, more INGOs and NGOs, and more funding than ever before, the world has not become a fairer and just world? Could it be that the human rights movement is to blame? What has been the role of the human rights organizations in this this context? Does this mean that there is no emancipatory path for international human rights? This paper intends to analyze weaknesses of the human rights movement, specifically studying the role of INGOs and NGOs, the role of the West and the movement's duality as a hegemonic and counter-hegemonic language. Moreover, this paper aims to consider whether it is the end of the human rights movement and to reflect on alternative emancipatory paths.

Ligia Bugelli Hermano Santos

Considerations about the State's role in an emancipatory interpretation of Human Rights

Through the several forms of telling the story about human rights, it is common to find in the literature a celebratory attitude towards the emergence and progress of human rights. A kind of

internal logic of rights, has withstood all of the atrocities and State neglect, to, in the end, be "announced" in the Universal Declaration of Human Rights of 1948.

When we think about "human rights", we have in mind a set of indispensable liberal freedoms and social protection principles, based on the highest moral concepts and political ideas. From a traditional perspective, Human Rights Conventions are mechanisms that should be used to produce public policies and induce States to invest in and implement services that guarantee each human being a life with dignity. Nevertheless, to talk about social rights and the role of State in promoting them with the creation of public policies, we must first historically contextualize the discourse on human rights and how this discourse has become a privileged knowledge construction. For this purpose, this research is taking Epistemologies of the South (ES) as the framework, to contribute to and reinforce the conception of the knowledge produced by those who have suffered injustice, oppression and domination, as an emancipatory political view. Human Rights are now the dominant approach to social justice globally. But how do human rights work? And what they do? Paraphrasing *The Last Utopia: human rights in history prologue*, Human Rights in this sense have come to define the most elevated aspirations of both social movements and political entities. They evoke hope and provoke action (Moyn, 2010). To open the discussion, I bring a particular public policy as an example that can be understood of showing how groups and organizations mobilize human rights language in a variety of local settings, not only those imagined by human rights law itself. The Solidarity Economy in Brazil shows that this openness is not a failure of universal human rights as a coherent legal or ethical framework, but practices in the development of living and organic ideas of human rights in context. Therefore, this government program elucidates some institutional structures that mediate between global ideas and local human right praxis.

Vannessa Carneiro

The relationship between human rights education, critical pedagogy, and subaltern struggles

According to Boaventura de Sousa Santos (2007), since modern knowledge is a higher manifestation of the abyssal line, there is a sharp division (and dispute) between scientific and non-scientific forms of truth. Focusing in the educational field, based on education as a political and cultural platform (which produces new contents, recognitions, resistances, and interventions), in my communication, I will discuss how the relation between subaltern knowledge, critical pedagogy and new forms of methodologies, as the "pedagogy of affection", can be used as emancipatory paths for social justice. For that, I will connect the four scholars (Boaventura de Sousa Santos - Portugal, Catherine Walsh - Ecuador, Paulo Freire - Brazil, and Rosa María Mujíca - Peru) who highlight the importance of the epistemology/learning of the South approach. As Sousa Santos (2007, pp. 10-12) says an "ecological thinking", considered an alternative of a "post-abyssal thinking", is needed to recognize the gap levered by modern western thinking, going "beyond it" in a "radical break". Also it is essential to build inter-knowledge relations, pluralities and intersections through knowledge and ignorances (what was forgotten and not learned). In parallel, within this post-colonial perspective, especially by the decolonial pedagogies as practices of resistance, (re)existence and (re)living, Catherine Walsh (2013, p. 2) highlights the same: the essentiality to develop new critical theories lines - perceived for me as new plots - for social change and the construction of new ways "to be, think, look, listen, feel and live with decolonial sense or horizon". Due to that, she reinforces the pedagogical approach set on the oral knowledge, collective memory, and subaltern knowledge as a strong political and a cultural stake nowadays. The aforementioned discussions are in a very close relation to the Freirean theory, which is based on the same statement that the premises of education should be related to the use of knowledge as a social practice and justice (FREIRE,

2012). Thus, it is not enough to educate on contents, but to develop a critical conscience aiming to recognize the real (as well as structural) motivations in the roots of social problems. In order to reflect upon a “new kind of thinking”, underlining that knowledge and education pass not only through a theoretical and critical level (based on the discussion of power structures) or a practical one (inside daily struggles), but also through subjective and emotional personal and collective new perceptions and changes, I will present the methodology “pedagogy of affection”, of Rosa Mujica (2006) because her approach sheds light over the process of construction of the “self” and the “other’s” perception and embraces a “humanizing conception”, reinforcing dignity throughout different approach of sensitization.

Sala 4.2

Moderação: Fernando Fontes

9h00-10h30

O status constitucional do direito das pessoas com deficiência no Brasil

Charles de Sousa Trigueiro

O princípio do pleno emprego para pessoas com deficiência: análise comparada Brasil x Portugal

Essa comunicação como foco analisar a Lei Brasileira n.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que alterou a ‘lei de cotas’ para incluir a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Nesse sentido, todos os tipos e graus de deficiência concorrem entre si disputando as mesmas vagas, e alguns tipos e graus de deficiência sensorial não são aceitos para concorrerem nas vagas reservadas. A metodologia utilizada foi a hermenêutica da legislação e jurisprudência brasileira, com aporte de interpretação dos textos doutrinários. Existem deficientes sempre dependentes, semidependentes e os de graus mais leves que não geram dependências. A Lei n.º 12.764/2012 destaca que a pessoa com o transtorno do espectro autista é considerada uma pessoa com deficiência. E algumas deficiências sensoriais como visão monocular e surdez unilateral não são aceitas nas cotas. Mas também merece atenção, conforme jurisprudência. (Apelação n.º 41.0/2013. 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. TRF5. DJ. 04/03/2013. p. 199). Os resultados apontam que é injusto e desproporcional todos os tipos e graus de deficiências concorrerem nas mesmas vagas reservadas. É discriminação alguns graus de deficiência concorrerem com pessoas sem deficiência. Portanto, propomos que essa lei já nasce com (in)efetividade merecendo ser alterada para que as cotas sejam escalonadas por três graus de deficiência: leve, moderada e grave.

José Raymundo Ribeiro Campos Filho

O processo legislativo de formação dos direitos das pessoas com deficiência

Nos últimos anos, principalmente desde o fim do século XX, os movimentos sociais vinculados aos direitos das pessoas com deficiência conquistaram espaço e visibilidade na sociedade brasileira. Esses movimentos, responsáveis por levar o tema dos direitos das pessoas com deficiência à baila dos debates sociais de grande relevância no Brasil, fazem parte de um grande movimento social, com início de atuação durante o processo de redemocratização do país, de grupos considerados marginalizados ou discriminados, marcando o protagonismo na ampliação da participação política de pessoas com deficiência, mulheres, trabalhadores, negros e homossexuais, dentre outros. Especificamente quanto aos direitos das pessoas com deficiência, os movimentos sociais atuam no combate à restrição de acesso aos seus direitos civis, uma vez que havia pouco ou nenhum espaço para que as pessoas com deficiência participassem das decisões nos assuntos que lhes diziam respeito (LANNA JÚNIOR, 2010). Uma vez que os movimentos sociais são compostos pela diversidade de identidades, nos movimentos de defesa dos direitos das pessoas com deficiência há unidade e divisão, consensos e dissensos. No histórico desses movimentos sociais, e com o objetivo de justamente unificar as identidades e ações, inicialmente (na década de oitenta do século XX) tentou-se uma organização única que agregasse demandas específicas para cada tipo de deficiência (tais como cegos, surdos e deficientes físicos – destacando que esses eram termos usados à época).

Robson Antão de Medeiros

O direito a saúde e a bioética: biotecnologias em favor das pessoas com deficiência

O direito a saúde

o dever do estado fornecer biotecnologias

em favor das pessoas com deficiência

Luana Siquara Fernandes e Gilsilene Passon Francisquetto

A inclusão da pessoa com deficiência na educação formal: o esforço normativo de reconhecimento das diferenças

O presente artigo analisa de que maneira tem ocorrido o esforço normativo de reconhecimento das diferenças na inclusão das pessoas com deficiência na educação formal. Como ponto de partida, será realizado um resgate histórico e conceitual, por meio do qual será possível compreender de que forma a Educação Especial vem sendo construída conceitualmente. Posteriormente, será demonstrado como essa Educação vem sendo tratada pelo Ordenamento Jurídico brasileiro. Por último, buscar-se-á descrever de que forma o reconhecimento das diferenças é peça fundamental para a inclusão da pessoa com deficiência na educação formal, tendo como aporte teórico as contribuições de Boaventura de Sousa Santos no que tange à gestão da desigualdade e da exclusão. Este trabalho será realizado através de revisão bibliográfica e por meio da utilização do método dialético.

10h30-11h00 Intervalo para café

Moderação: *Silvia Rodríguez Maeso*

11h00-12h30

Racismo e antiracismo: para além das fronteiras e comparações

Piménio Gitelles Ferreira

O trauma epistemológico decolonial

O objetivo da presente exposição é fazer uma reflexão acerca das contribuições das perspectivas Decoloniais para a ação política dos movimentos decoloniais antirracistas. As contribuições da perspectiva decolonial permitem que compreendamos o racismo em Portugal como estrutural e institucional, não se reduzindo a uma questão de “calharmos a ter pessoas racistas ou xenófobas aqui ou ali”. Em Portugal as próprias instituições têm um funcionamento racista: autarquias, forças de segurança, institutos da segurança social, media, levando a um desfavorecimento sistemático de populações racializadas não brancas. Há toda uma impunidade sistemática ante violações e abusos de poder, chegando a haver mesmo orientações explicitamente racistas. Buscaremos refletir de que modo a perspectiva decolonial é capaz de oferecer ferramentas que, de um lado, denunciem os aspectos do colonialismo em Portugal e a real dimensão do Racismo na sua história e no Presente, e de outro possa contribuir para a luta dos movimentos decoloniais antirracistas.

Danielle Araújo e Bruno Muniz

Genocídio da população negra: contribuições das mulheres negras na luta anti-racista na América Latina

O objetivo da presente exposição é apresentar um breve histórico das contribuições das mulheres negras à discussão sobre o genocídio do povo negro no contexto brasileiro. Em sua maioria, mulheres directamente afectadas pela violência policial (mães, irmãs, filhas, esposas de homens negros exterminados pela polícia), mulheres negras de diversos lugares do Brasil têm pautado a discussão sobre o genocídio negro cometido pela polícia, o 'braço armado do Estado racializado' e conseguido colocar esse tema não apenas na agenda política nacional mas principalmente e como uma dos principais reivindicações na luta antirracista brasileira. O termo genocídio aparece em alguns artigos sobre o genocídio da juventude negra no Brasil entre aspas, como em Sinhoretto e Morais (2017), Mattos (2017), Domingues (2008). O uso das aspas introduz o termo

genocídio como parte de uma “narrativa” dos movimentos sociais negros brasileiros (Sinhoretto e Morais, 2017). Como veremos a frente, o mesmo transparece em relatório da ONU sobre as minorias no Brasil, escrito por Rita Izsác em 2015. Contudo, dados quantitativos e qualitativos e até uma Comissão Parlamentar de Inquérito conduzida na Câmara dos Deputados no Brasil demonstram que a juventude negra é sim sistematicamente assassinada, violentada e criminalizada. Porque então diversas autoridades (políticas, intelectuais) insistem no uso da palavra entre aspas mesmo diante das constantes denúncias feita pelo movimento negro? A presente exposição tratará o genocídio a partir da perspectiva de luta do movimento negro no Brasil com foco especial na luta liderada pelas mulheres negras para denunciar o genocídio sofrido pela população negra. Buscaremos refletir sobre o papel que tem desempenhado o movimento de mulheres negras na denúncia cotidiana "de um Estado que não só não cumpre a sua prerrogativa Constitucional de proteger, preservar os interesses e a vida plena de negros e negras, mas, mais do que isso, [...] a omissão do Estado Brasileiro [redundante] em situações que incidem diretamente na baixa qualidade de vida, sobretudo do povo negro" (Iêda Leal, MNU, 2018). Nesse sentido, interessa-nos refletir de que modo as lutas do movimento negro com atuação decisiva das mulheres negras com uma pauta de luta que tem priorizado a denúncia da violência sistemática empregada contra a juventude negra oferece possibilidades de construção de uma nova gramática contra-hegemônica do enquadramento jurídico acerca do conceito de genocídio, ampliando o espaço de atuação da luta-antirracista.

Beatriz Dias

Para desmontar o negacionismo: reflexões sobre racismo e colonialismo em Portugal

O objetivo é (re)pensar a (re)produção histórica da negação do racismo no contexto português. A busca por novos olhares, ferramentas analíticas, outras abordagens e metodologias; outros caminhos para a compreensão do mundo que reconheça os efeitos do colonialismo. Já é tempo de Portugal olhar de frente para o seu passado não tão glorioso e encará-lo de forma mais abrangente, justa e verdadeira. O racismo em Portugal é estrutural e encontra-se profundamente enraizado na sociedade. Esta é uma pesada herança do período colonial. O projeto colonial português consolidou-se através da construção de uma ideologia supremacista e racista. O privilégio dos colonizadores alicerçou-se na discriminação das populações dos países africanos que foram colonizados por Portugal. No entanto existe um argumento fortemente difundido, e hegemónico, de que a colonização portuguesa foi diferente daquela que foi implementada por outras potências que colonizaram países dos continentes africano, americano e asiático. Segundo esta tese, defende-se o argumento de que a expansão Portuguesa foi benigna. Existe na sociedade portuguesa um consenso em torno da exaltação acrítica deste passado, apoiada na teoria lusotropicalista. A narrativa hegemónica que daí resultou, propagou e continua a propagar a ideia de que Portugal teve um colonialismo suave e de que promoveu um harmonioso encontro de culturas. Uma narrativa que constitui uma das principais marcas identitárias da nação e que impede o reconhecimento, não só da brutal violência sobre a qual foi erigido o projeto colonial português, mas também da luta determinada e da persistente resistência que lhe opuseram os povos negros desde o início do jugo colonial. Ao negar a promoção de um olhar crítico e informado sobre as várias dimensões da História de Portugal, a recusa da aceitação da violência e opressão do colonialismo português impede o aprofundamento do debate em torno do racismo, ao evitar uma compreensão ampla das suas raízes, principalmente do racismo institucional que tem afastado da cidadania plena um grande número de portugueses negros.

12h30-14h00 Intervalo para almoço

Moderação: Isabel Caldeira

14h00-15h30

Corpos presentes, desafios futuros: as múltiplas intersecções dos estudos da sexualidade com outros campos das Ciências Sociais

Joana Brilhante

Uma viagem ao Atlântico LGBT: uma análise exploratória da açorianidade queer

Esta apresentação pretende criar um espaço de discussão sobre a importância de reconhecer as diversas realidades das pessoas LGBTQIA+ em Portugal, retirando o foco continental, das grandes cidades e tendo como local de análise o contexto insular, particularmente, o arquipélago dos Açores. As narrativas culturais de identidade e pertença afetas aos Açores tornam esta região autónoma num lugar etnográfico único, caracterizado pelo efeito do isolamento, da influência dos fenómenos naturais e da comunidade migrante. Estas narrativas caracterizam uma ideia particular de nação que vai para além-fronteiras. Há quem lhe chame ‘Açorianidade’ (Vitorino Nemésio). Portugal, detentor do título da mais longa ditadura da Europa Ocidental no séc. XX, ‘saiu do armário’ da intimidade em 1974 com o fim da ditadura. Desde então, muitos avanços sociais em matéria da igualdade de género, das pessoas LGBTQIA+, têm sido alcançados com o cunho de ativistas, associações, investigadores/as e centros de investigação, principalmente dos anos 1990 em diante. A maioria dos avanços legislativos surge após os anos 2000, e.g. casamento entre pessoas do mesmo sexo, em 2010 ou a ‘lei da identidade de género’ em 2011, substituída por outra, mais inclusiva a 13 de abril de 2018 (à espera de publicação em DR), contudo, é de se interrogar se as diferentes realidades e contextos portugueses acompanham essas mudanças. Portanto, a proposta desta comunicação é refletir sobre a singularidade que marca os Açores, de que forma esta construção da açorianidade interfere ou delinea as identidades LGBTQIA+ e de que forma os avanços jurídico-legais chegam ao contexto insular. Pretende-se fazer uma análise bibliográfica exploratória, levantar a importância da riqueza de trabalhos etnográficos, empíricos e interseccionais, para perceção das realidades não cis-heteronormativas portuguesas, através deste estudo de caso.

Fernanda Belizario

"Beyond Western Eyes" pensar o queer a partir dos estudos pós-coloniais

Proponho que os estudos pós coloniais podem ser uma abordagem privilegiada para ampliar o espectro de análise da teoria queer para além de interpretações angloeurocentradas que não levam em conta diferenças como a raça, sexualidades e gêneros dissidentes, a nacionalidade e as formas contemporâneas de colonialismo. Ao mesmo tempo, proponho que a teoria queer pode ampliar as análises pós coloniais para além de sujeitos e sujeitas cis-heteronormativos, considerando as especificidades da relação entre a cis-heteronormatividade e os diferentes contextos produzidos a partir das linhas abissais. Para pensar numa teoria queer que seja pós colonial, portanto, valemos de intersecções consagradas e outras ainda pouco tentadas entre os estudos pós coloniais e decoloniais, a teoria queer e a teoria trans. A ideia-chave, em nosso entender, que pode contribuir para pós colonizar a teoria queer e vice-versa é recontar a história da cis-heteronormatividade não ‘under western eyes’ mas ‘beyond western eyes’, ou seja, provincializar as críticas eurocêtricas à heteronormatividade compulsória e o dimorfismo de género e, ao mesmo tempo, articular ambos os conceitos a partir da colonialidade de género, como uma invenção europeia e colonial que fez parte do conjunto de discursos que moldaram o ideário dos impérios ocidentais desde o século XV. Na contemporaneidade, a articulação entre teoria queer e estudos pós coloniais tem se desenhado como um novo e frutífero campo interdisciplinar, imprescindível para tornar visível as vivências de sujeitos de identidades de género e sexualidades dissidentes e não ocidentais, que na medida em que buscam identificação com as interpretações mainstream

sobre identidades e orientações LGBTQIA+, também percebem-se em contextos originais, criativos e sui generis em que suas identidades e práticas não são completamente explicadas por essas abordagens, oferecendo novas gramáticas para compreender a diversidade de expressões de gênero e sexualidade e a forma como estão interligadas a outras matrizes de poder.

Mara Pieri

Encontros inesperados: sexualidades queer e deficiências, entre perspectivas teóricas e vivências incorporadas

Um traço comum entre estudos sobre sexualidade e estudos sobre deficiências é a ideia que estas abordagens só servem para as pessoas e as disciplinas que exploram sexualidades e incorporações não-normativas. Pelo contrário, a abordagem interseccional que cruza experiências de múltiplas exclusões oferece perspectivas que abrangem uma grande variedade de temas, como o sistema de medicalização, as relações de cuidado, a precariedade do trabalho, dentre outras. Esta apresentação visa recuperar alguns dos nós mais importantes destas intersecções e refletir sobre os desafios que questões ligadas às deficiências, às doenças crónicas e às sexualidades não-normativas põem para o futuro das ciências sociais. A análise baseia-se nos elementos mais interessantes que emergiram do trabalho de investigação doutoral realizado com jovens LGBTQA com doenças crónicas, na Europa do Sul. As narrativas recolhidas mostram uma grande variedade de intersecções que cruzam a(s) sexualidade(s), a doença, a deficiência com outros eixos sociais que não são normalmente incluídos nas análises: a relação com o futuro num contexto de crise económica e de precariedade difusa; a dificuldade de elaborar estratégias alternativas ao poder médico; as expectativas normativas sobre sucesso e as representações do fracasso.

Daniel Neves Costa

A desconstrução da subalternidade na deficiência nos espaços de fronteira entre Ciência e Sociedade

Esta apresentação refletirá sobre as potencialidades do envolvimento de Pessoas com Deficiência com as Ciências através do fomento de dispositivos colaborativos de coprodução de conhecimento. Será analisando como estes dispositivos podem potenciar uma cultura de inclusão e emancipação, a criação de conhecimento que desconstrua situações de estigma e discriminação e o desenvolvimento de ativismo científico e terapêutico, problematizando o exercício da cidadania na relação com as Ciências. Defenderemos como o diálogo entre conhecimentos e práticas de conhecimento (científico, profissional e experiencial) que emerge das dinâmicas colaborativas fomentadas na fronteira entre Ciência e Sociedade, permite a desconstrução da posição de subalternidade em que as pessoas com deficiência se encontram e promove o empoderamento cívico, epistémico e político tanto individual e coletivo e a produção de conhecimento e práticas de cuidado em saúde que pode ser replicado em outros grupos e comunidades.

Moderação: Beatrice Gusmano

15h30-17h00

Para um alargamento do campo das ciências sociais: o ativismo LGBTQIA+ e a cidadania íntima como horizontes de luta e de investigação

Gustavo Santos Elpes

Negociando pertenças: corpos em dissidência, política corporeificada e construção de coalizão interseccional

Esta apresentação pretende explorar as intersecções entre corpo e construção de identidades como uma estratégia de sensibilização e visibilização de novas subjetividades e pertenças

políticas. Diante a crescente visibilidade de novas formas de associativismo que tem contribuído para a diversificação dos movimentos sociais (e sua relação com a transformação significativa das narrativas sobre a deficiência e dos discursos trans por parte das pessoas trans e com diversidade funcional), terei por foco as formas políticas de coalizão originadas neste contexto. Embora reconhecendo que a diversidade das políticas de coalizão já foi pesquisada antes, as vozes das pessoas trans com deficiência em relação aos locais de protestos públicos ainda são invisíveis na literatura e subestimadas na prática política. Irei indagar sobre as formas pelas quais as pessoas trans com deficiência se relacionam com diferentes fontes de poder que tentam defini-las dentro de sistemas já admitidos de visibilidade e reconhecimento. O objetivo é contribuir para o debate sobre como expressões públicas de identidades corporeificadas e a ampla agenda de mobilizações e protestos interagem com os argumentos sobre normatividade e patologização. Irei referenciar a literatura em relação a como as pessoas com deficiência geram espaços para visibilidade, reconhecimento e demandas políticas, com especial atenção ao fato de que por um lado, diferentes formas de movimentos sociais criaram estratégias para a integração política e, por outro lado, ainda existem desafios para a inclusão de corpos trans e/ou com deficiência nos territórios espaciais e simbólicos das lutas coletivas. Nesse contexto, reside o interesse em compreender a corporeificação das pessoas trans e com deficiência em relação à mobilização política, bem como as estratégias para uma coalizão interseccional que se baseia nos novos desafios inaugurados pelos saberes, conversação e práticas ativistas.

Mafalda Esteves

Orgulho e preconceito: uma realidade da bissexualidade em Portugal

As comunidades bissexuais continuam imersas em invisibilização e silenciamento revelando desde logo o papel conferido à bissexualidade quer no domínio do simbólico quer no ideológico. Este silenciamento caracteriza a maioria das manifestações (públicas) das identidades bissexuais, intimidade bissexuais e bissexualidades (Klesse, 2014: 238) e atravessa diferentes domínios como o ativismo. Porém esse silêncio tem sido quebrado de forma gradual no campo de estudo das sexualidades críticas que rejeitando o essencialismo sexual (Butler, 1999), concebe as manifestações da sexualidade como produtos históricos e culturais de sistemas específicos de pensamento e práticas. Deste modo interdisciplinaridade e diálogo entre diversos espaços de produção de conhecimento marcam este campo de estudos. Partindo de alguns resultados empíricos do projeto de doutoramento em curso intitulado ‘Sexualidades invisíveis: a cidadania íntima e o bem-estar psicossocial na bissexualidade’ que explora aspetos de cidadania sexual e íntima na bissexualidade em Portugal, apresentaremos alguns debates metodológicos úteis não só na consolidação do campo de estudos das sexualidades fora do padrão (Berlant & Warner, 2000) como na possibilidade de servir outros domínios das ciências sociais. Assim, para poder melhor compreender os fenómenos contemporâneos, consideramos fundamental a criação de espaços de diálogo entre academia e ativismo bem como situar o lugar da investigação na transformação social que possibilite a criação de sinergias que se alinhem com a construção de lugares de fala e produção de conhecimento situado (Haraway, 1991) por se defender que nenhum conhecimento está desligado dos contextos e das subjetividades.

Rita Alcaire

Desorientando orientações: a assexualidade como forma de repensar e de imaginar a realidade’

As interpretações mainstream contemporâneas sobre sexualidade e a consequente (in)formação sobre sexo e sexualidade baseiam-se na premissa de que o desejo sexual é universal e está constantemente presente na vida adulta. Essa aceitação de que o desejo sexual é generalizado resulta na ideia de que a sua ausência é patológica, dando total autoridade a profissionais de

saúde para impor um diagnóstico e subsequente tratamento. Os danos e os perigos do "não sexo" são então apregoados e comercializados pelas indústrias farmacêutica e de terapia como curáveis. O desejo sexual normativo e o conceito de personalidade são considerados intrinsecamente interligados e historicamente ancorados em torno das ideias de heterossexualidade, cis-masculinidade, 'branquitude' e capacitismo. Como tal, um exame do que vai além desses rótulos ou do que se encontra nas suas interseções - como é o caso da assexualidade - e, portanto, é considerado patológico, é profundamente desafiador e revelador.

A partir uma reflexão que assenta na recolha de biografias íntimas de pessoas que se identificam como assexuais efetuada no âmbito da pesquisa 'The Asexual Revolution: discussing human rights through the lens of asexuality' e de uma revisão sistemática da literatura no âmbito dos asexual studies, pretende-se explorar a assexualidade como uma forma política de repensar o entendimento sobre identidades, práticas relacionais, direitos sexuais e reprodutivos e formas de ação política, entre outros aspetos. Os dados recolhidos no decurso da referida pesquisa de doutoramento revelaram uma multiplicidade de experiências vividas por pessoas que se autoidentificam como assexuais em Portugal, assim como uma pluralidade de formas pragmáticas de cada pessoa lidar com a sua situação social.

17h00-17h30 Intervalo para café

Moderação: Elísio Estanque

17h30-19h00

Antonio Jose Barbosa de Oliveira

Navegar é preciso, viver não é preciso: memórias e narrativas em rede a afiliação de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra

O trabalho tem como foco analítico as relações entre história, memória, identidades e narrativas de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra (UC). Valendo-se da etnometodologia (COULON, 1995), da netnografia (KOZINETTS, 2009), dos estudos da linguagem/discurso (BAKHTIN 2009, 2010) e das histórias de vida (LECHNER, 2009) como principais referenciais teórico-metodológicos, pretende-se também observar as variáveis que atuam nas diversas formas de comunicação e nos processos de interação dos estudantes, bem como das complexas forças que agem no processo de afiliação estudantil (COULON, 2008) e interferem nas condições de permanência, evasão, sucesso e insucesso académico nas universidades. Observa-se, ainda, o funcionamento e atualização das redes de memórias entre Brasil e Coimbra, bem como as relações entre memória, informação e mídias digitais na construção do que apontamos como "desejo por Coimbra".

Karolini Galimberti Pattuzzo Breciane

Processo de escolarização dos alunos público-alvo da educação especial no Brasil e na Itália: um estudo comparado

Este trabalho parte de uma pesquisa de doutoramento que se encontra em andamento e tem por objetivo geral cartografar a materialização das políticas públicas de Educação Especial, em uma perspectiva comparada, nos municípios de Cariacica/ES, Serra/ES e Sassari/Sard, visando à inclusão escolar dos estudantes com deficiência intelectual, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados no ensino fundamental. A pesquisa utilizará o estudo comparado internacional em educação e a cartografia simbólica como aportes teórico-metodológicos. Acreditamos que diferentes realidades vêm se desenhando local e internacionalmente e que as práticas pedagógicas voltadas para o processo de inclusão de todos na escola comum, nas diferentes realidades, estão sendo "desperdiçadas" (SANTOS, 2007).

Devido a isso, propomos o diálogo com Boaventura de Sousa Santos (2006) na busca de visibilizar os conhecimentos e as experiências locais produzidas nos municípios pesquisados.

Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira-Neto

Uma contribuição teórica para se entender o território a partir dos pensamentos de Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos

Certamente que a dinâmica de um território seja um dos estudos mais complexos tanto para a Geografia quanto para as outras áreas do conhecimento que elaboram estudos sobre essa temática. Nesse sentido esse texto é uma pequena contribuição teórica que compila e interpreta parte dos pensamentos de Boaventura de Sousa Santos e Milton Santos, particularmente, no que se refere à crítica da dinâmica territorial comandada pelos centros econômicos e contrariada pela insistência daqueles que vivem na invisibilidade. Portanto, esta reflexão tem sua origem no conceito de Epistemologias do Sul e da Geografia Nova produzindo uma outra análise geográfica que interpreta o território aproximando-se da dinâmica social, de modo a não ser apenas uma expectadora, mas um agente no processo de transformação, que se descolasse de modelo eurocêntrico tanto no agir como no pensar.

Sala 4.3

Moderação: Antoni Aguiló
9h00-10h30

Jonas van Vossole

Demodiversidade: Imaginações, contradições e rearticulações da Democracia no contexto da crise (2011-2015) em Portugal

Este trabalho utiliza o conceito de demodiversidade, elaborado por Boaventura de Sousa Santos, para a análise do período de crise em Portugal (2011-2015). Este período, onde o modelo de democracia liberal - hegemónica no período pós-PREC - passa por uma crise de legitimidade profunda, provou ser um período fértil para a emergência e afirmação de imaginários democráticos aparentemente ‘novos’. Analisaremos o surgimento de ‘novas’ praticas dominantes ‘como as de estado de exceção impostas pela troika’ a serem contrastados pelo surgimento de praticas democráticas utópicas pelos novíssimos movimentos sociais; tal como as acampadas, indignados, QSLT, Occupy, Zeitgeist e o refortalecimento esquerda radical. No meio subsistem as continuidades e contradições democráticas que marcam as ultimas décadas. Estas incluem as logicas de europeísmo federalista versus o soberanismo democrático, o estado mínimo versus a democracia social do movimento sindical e os valores constitucionais de Abril versus o legalismo Europeu. Finalmente analisaremos como esta divergências, reemergências e continuidades democráticas se rearticulam num novo normal: poderemos falar numa ‘revolução democrática’, ou será um ‘termidor democrático’?

Verónica María Yuquilema Yupangui

La Justicia Kichwa de Ecuador en el siglo XXI

Algunos estudios realizados alrededor del tema del Pluralismo Jurídico en el contexto ecuatoriano han centrado su análisis en la explicación de los sistemas de justicia de los pueblos y nacionalidades desde un paralelismo comparativo con el sistema jurídico ordinario, lo que sin duda ha contribuido de modo favorable a su visibilización. No obstante, tras la puesta en vigencia de la Constitución del 2008, estos sistemas de justicia fueron reconocidos como instituciones autónomas, es decir, con fundamentos, principios y procedimientos propios. Así también, es importante considerar las transformaciones sociales y culturales que las comunidades y por ende sus sistemas jurídicos han venido experimentando frente a este largo camino de resistencia en contra del sistema colonial y de globalización hegemónico. En ese sentido, la ponencia pretende compartir y reflexionar en torno a las transformaciones vivenciadas por las comunidades kichwa y su sistema jurídico, así como, sus formas de existencia y resistencia en pleno siglo XXI, en base a la experiencia compartida junto a comunidades del pueblo Kichwa de Otavalo y de Saraguro.

Teresa Almeida Cravo

Peacebuilding, Mozambique and narratives of ‘success’

Mozambique’s post-conflict trajectory was hailed by the international community as one of the few ‘success stories’ in Africa. The country’s transition was perceived to validate the dominant peacebuilding model and was frequently cited as a show-case in donor reports and in Western media. Praise, optimism and tolerance of deviations characterised donors’ discourse on Mozambique for over two decades. The last few years, however, have seen Mozambique struggling to keep a good standing with Western or Western-led actors. Its recent military instability combined with significantly low scores in measurements of human development or

human poverty point to a parallel reality which was downplayed and is currently becoming prominent. This article explores why and how the prevailing representation of Mozambique as a peacebuilding ‘success’ was created and reinforced, and is now being questioned, reflecting on overall assumptions on international peacebuilding theory and practice.

10h30-11h00 Intervalo para café

Moderação: Fabrice Schurmans

11h00-12h30

Hélia Santos

(Pós)memória e esquecimento na geração descendente de famílias vindas de Angola na década de 70

Esta comunicação apresenta uma análise preliminar sobre que memórias (não) são performadas pela geração descendente daquela que chegou a Portugal com a independência de Angola. Avançarei uma primeira hipótese que propõe que esta “segunda geração”, que cresceu enredada em histórias e materialidades angolanas (música, culinária, objetos, línguas...), sente como seu um espaço e um tempo que nunca viveu, apontando para o potencial analítico do conceito de (pós)memória (Hirsch 1997). Porém, sendo identitária e privada, a pós-memória pode reduzir o espaço de reflexão política sobre um passado controverso (Vecchi 2013). Inscrevo este trabalho de doutoramento no âmbito dos Estudos de Memória, incidindo em particular na dimensão de esquecimento e construção performativa que a caracteriza (Frow 1997; Rothberg 2009), para contribuir para a identificação de razões dos vácuos na memória coletiva portuguesa sobre o final do império, recorrendo para isso ao estudo de caso angolano.

Luís Bernardo e Catarina Laranjeiro

Guerras Coloniais e Lutas de Libertação: o olhar ausente

Em «Os Demónios de Alcácer Kibir» (Fonseca e Costa, 1977) defende-se que os movimentos de libertação nacional africanos determinaram o fim aos 48 anos da ditadura portuguesa, o que confere ao 25 de Abril um momento histórico redentor. Logo, a característica de um abalo sísmico metropolitano que se estenderia para as então colónias portuguesas, tornou-se o momento partir do qual os derradeiros anos do colonialismo português ganharam legibilidade. De facto, grande parte do cinema sobre a Guerra Colonial (metonímia do colonialismo português no cinema), realizado já em democracia, tende a construir uma história teleológica que sugere que, ao invés de desaparecer, a “linha abissal” (Santos, 2017; 2013) que antes silenciou, marginalizou e excluiu, se reinventou. Determinando o que é ou não relevante, estas narrativas tendem a criar novas invisibilidades e silenciamentos. Partindo desta leitura, propomos analisar algumas obras cinematográficas portuguesas num exercício de contrastes com a filmografia produzida pelos cineastas do Movimento de Terceiro Cinema, engajados na luta contra o colonialismo português, com recurso teórico aos conceitos “sociologia das ausências” (Santos, 2002) e “linha abissal” (Santos, 2007; 2013).

Marcela da Silva Uchôa

Uma viagem ida e volta entre Fanon e Arendt: Sobre colonialismo, violência e liberdade

Este trabalho discorre sobre dois debates distintos que envolvem questões de colonialismo, violência e liberdade. Analisará os argumentos apresentados pelo Elisio Macamo e Boaventura de Sousa Santos nas suas respetivas palestras no contexto do V Colóquio de doutorandos do CES em 2015. Macamo criticava os movimentos anticoloniais nas antigas colónias Portuguesas baseado no seu caráter totalitário e violento; fechando dessa forma seu potencial libertador. A palestra de Santos no dia seguinte, tomou a defesa desses movimentos; colocando ênfase no

carater sistémico da violência e no potencial libertador da violência anticolonial. Este debate é em muitos aspetos uma reedição do debate entre Frantz Fanon e Hannah Arendt, presente em “Condenados da Terra”, e a resposta de Arendt a esse trabalho na sua obra “Sobre violência”. Este trabalho sintetiza os argumentos dos quatro autores e tenta extrair algumas lições para lutas contemporâneas contra logicas coloniais e imperialistas.

Sheila Khan

A quem pertence a responsabilidade do pós-colonial?

Esta comunicação procura avaliar o processo de maturidade dos chamados estudos pós-coloniais, apresentando como reflexão que o pós-colonial se remeteu a um trabalho mais teórico e mais reflexivo sobre o mundo, ao invés de saltar os seus muros intelectuais e sentir o pulsar da diversidade e mutação do mundo humano. Como alternativa sugere-se contribuição conjunta a partir de uma abordagem mais ativa e interventiva da pós-memória como responsabilidade cívica e como dever de memória (Levi, 2011).

Verónica Ferreira

Reconstruindo o puzzle da memória. As representações digitais da Guerra Colonial Portuguesa

Nesta comunicação proponho uma reflexão sobre o papel da internet enquanto espaço de criação, divulgação e partilha de narrativas mnemónicas. Irei explorar o papel deste novo meio de comunicação no desenvolvimento de uma memória social e cultural da Guerra Colonial num país onde a prevalência de uma narrativa lusotropicalista dificulta a discussão pública sobre o passado colonial. A internet afirma-se como espaço onde as memórias marginalizadas pelo discurso público encontram um campo de enunciação e proporciona, a um público alargado, contacto com materiais pessoais e narrativas individuais ou coletivas aos quais não é possível aceder através dos tradicionais meios de comunicação social, devido à sua lógica de produção-consumo. O digital é um espaço de confronto de narrativas histórico-memoriais. Dentro deste quadro, irei analisar as narrativas e os seus mecanismos de formação no weblog “Luís Graça e Camaradas da Guiné” e no artigo da Wikipédia “Guerra Colonial Portuguesa”.

12h30-14h00 Intervalo para almoço

Moderação: Daniela Nascimento

14h00-15h30

Piermarco Piu

‘Dialogues/connections between sociological imaginations’ as ‘molecular’ social processes. A Gramscian approach for global sociologies

Global sociologies have considered that their own construction relies on a sociological imagination which is negotiated among different subjects – from researchers to subaltern social movements. In this respect, ‘dialogues/connections between sociological imaginations’ are approached as epistemological issues, rather than as social processes. This paper approaches the ‘dialogues/connections’ as social processes prioritising Gramsci’s idea of the ‘molecular’. This is a research method that entangles knowledge organization with the production of subjectivities. Thus, a molecular approach grounds the ‘dialogues/connections’ within micro-processes in which theories/imaginaries are socially organised among various subjectivities. From this angle, this paper discusses examples of ‘molecular dialogues/connections’ from Gramsci’s political activity during 1919-1920. This will provide the groundwork for questioning how global sociologies reshape subaltern sociological imaginations as hegemonic.

Carolina Sanchez De Jaegher

Decolonizing dignity from universality to the Buen Vivir (Küme Mogen) in the Mapuche land

This paper offers a decolonial reading of the concept of dignity in the context of the Buen Vivir. By shifting from universality into the pluriversality of knowledge (s), the aim of the paper is to put the universal orientation of the discourse of human rights in a critical conversation with other grammars of social justice. Central for this conversation is the acknowledgement that dignity is a contested knowledge ground whereby the value of the difference challenges the condition of equality among all human beings. I argue that it is not equality among all human beings what gives dignity its sense but it is the value of dignity as a connector of the difference what makes it applicable in human rights contexts where cognitive justice is displayed. Given that the western conception of dignity is subjacent to the wellbeing of humans, the paper identifies the Küme Mogen Mapuche (Buen Vivir) as contact zone to initiate a intercultural discussion with dignity in pluriversality.

Mikel Díez Sarasola

Intellectual Property, the surrogate belly of global capitalism. A critical view

Today's capitalism is based on knowledge, i.e., an economy where knowledge has become the most important factor of production and the one which provides economy and businesses with competitiveness. Intellectual Property Rights (IPRs) enable privatization and "appropriation" of knowledge, the maximization of benefit and the accumulation of capital, in a new phase of capitalism. The state and the law play a fundamental role in the commodification of knowledge by creating scarcity out of it and making it global thanks to TRIPS. In this sense, our research is a critique about how IPRs betray their purpose progress of sciences and the Arts. Also, this research will analyze how commodification of knowledge provokes the deepening of the Abyssal line which separates away the metropoli from the periphery, the privileged and the excluded between nations and within nations.

Moderação: Maria José Canelo

15h30-17h00

André Brito Correia

O teatro: a imaginação do social entre passado, presente e futuro

A comunicação a apresentar concentra-se em três eixos fundamentais interligados entre si. Em primeiro lugar, sendo o teatro concebido como uma forma de inteligibilidade do social, discutir-se-á de que formas se encontra particularmente apto para participar numa ecologia de saberes. Em segundo lugar, o teatro será interrogado enquanto lugar de aprendizagem, de criação e promoção de códigos, ritmos, imagens e hibridações com potencial emancipatório. Por fim, e em estreita conexão com tudo o que se referiu, o teatro será abordado considerando as experiências alternativas em que se pode concretizar, tendo em conta o modo como performers e audiência estabelecem modos particulares e singulares de relacionamento entre si. Neste sentido, serão objeto de análise sobretudo as criações artísticas que envolvem um carácter site-specific (tais como as travelling performances) e nas quais o público é confrontado com solicitações de envolvimento que ultrapassam o seu mero papel de observador.

Daniel Morgado Sampaio

Adorno, Attali e as (re)configurações da indústria da cultura

A influência de Adorno no estudo da indústria da cultura é inegável, sendo, ainda hoje, um dos autores mais incontornáveis nesse campo. Uma análise da evolução da indústria musical na segunda metade do século XX e início do século XXI confirma as tendências de concentração

de poder e de standardização/globalização estética que, já nos anos 1930, preocupavam o autor. Décadas depois, Jacques Attali retomou e complementou estas questões adornianas, mas através de uma análise da economia política da música, avançando para conclusões mais otimistas do que as de Adorno. As ideias destes dois autores que pensam a sociedade através da música serão colocadas em diálogo nesta comunicação, evidenciando o importante contributo de ambos para uma compreensão das práticas correntes na indústria musical contemporânea e a relação entre estas e a sociedade como um todo.

Patrícia Silva

A Sobrevida da Antropofagia no Contexto das Vanguardas Contra-culturais e da Crítica Transcultural Latino-americanas

Esta comunicação revisita a recombinação de elementos alienígenas e autóctones subjacente ao conceito de antropofagia cultural delineado por Oswald de Andrade no ‘Manifesto Antropófago’ (1928). Enquanto enunciação performativa de autonomia, diferença e hibridismo cultural, examina-se o modo como a proposta de inscrição no circuito cultural global e de resistência/resiliência adaptativa ao imperialismo cultural Euro-Americano da antropofagia oswaldiana informam: a) formulações subsequentes de vanguardas contra-culturais brasileiras, desde os manifestos tropicalistas ao “Manifesto Amalgamista” (2009) de Jorge Mautner e ao recente “Manifesto de Antropofagia Periférica” de Vaz (2011); b) teorizações sobre modernismos periféricos pós-coloniais num contexto latinoamericano, nomeadamente o ‘entre-lugar’ de Silviano Santiago, transculturação literária de Ángel Rama e ‘modernidade periférica’ de Beatriz Sarlo, altamente produtivos no domínio dos estudos culturais.

Andressa Marques da Silva

O ensino de literatura marginal no Brasil contemporâneo: perspectivas decoloniais dos saberes e a sala de aula

A presente comunicação discutirá as contribuições que os estudos decoloniais trazem para a reflexão e abordagem da literatura marginal em sala de aula. A promessa de modernidade impregnou especificidades à América Latina que abrangem sua existência econômica, política, social e cultural, sendo a literatura um eixo relevante desse último nicho. Refletiremos também sobre o deslocamento que a literatura marginal causa na ideia que fundou o sistema literário brasileiro, amplamente ligado às noções da modernidade. Por isso, discutir os desafios e as perspectivas do ensino de literatura no trabalho com obras literárias marginais, incluindo gêneros não-canônicos como o rap, que buscam tensionar as imposições das id-entidades europeias, será estratégico. Além disso, pensaremos sobre como a ideia de nação pluriétnica, mas que formou-se excludente epistêmica e ideologicamente, é colocada em questão pelas expressões artísticas dos sujeitos excluídos da partilha da modernidade.

17h00-17h30 Intervalo para café

Moderação: Filipe Santos

17h30-19h00

Joana Carvalho

Famílias digitais: A utilização e o impacto das TIC na vida familiar contemporânea

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) tornaram-se parte da vida familiar contemporânea, introduzindo mudanças significativas nas dinâmicas familiares. Realizou-se um estudo exploratório sobre a utilização das TIC na população Portuguesa e o seu impacto no contexto familiar. 667 indivíduos responderam a um inquérito sobre a utilização das TIC

(QUTIC). Os resultados revelaram que 83% têm ligação à internet e 23% destes a utiliza por um período de 1-3h diárias, para fins de informação (38%), em contexto doméstico (54%). Ainda que 83% reportem que utilizam as TIC para o contacto com familiares distantes, 37% evidencia situações de dependência tecnológica. No trabalho com as famílias é crucial perceber o papel que atualmente a tecnologia assume no desenvolvimento e manutenção de situações específicas. Assim, este estudo parece representar um passo importante na caracterização da utilização das TIC e na percepção do impacto que estas assumem nas vivências do quotidiano familiar.

Josemari Poerschke de Quevedo, António Carvalho e Paulo Fonseca

Sociologias das ausências na deliberação controlada e as faces do capitalismo no desenvolvimento emergente das nanotecnologias: o caso do Laboratório Ibérico de Nanotecnologia (INL)

No caso das nanotecnologias, o capitalismo relaciona-se com formatos de participação que emergem em centros de pesquisa, surgindo abordagens da ciência e política por nanoenactors. A participação visa a produção de uma consciência social pela economia do conhecimento e a sociedade de consumo. Nas iniciativas do Laboratório Ibérico de Nanotecnologia (INL), deteta-se uma participação controlada para legitimar o desenvolvimento da nanotecnologia. A partir das sociologias das ausências (Santos, 2002) e de debates sobre a integração das ciências sociais nos laboratórios (Viseu, 2015; Fonseca e Pereira, 2017; Carvalho e Nunes, 2018), avaliamos como o dispositivo da participação no INL gera uma deliberação plebiscitária (Chambers, 2004). Identificamos perspetivas sobre participação com análise documental e de eventos do INL e entrevistas. Concluimos que os impactos sociais da nanotecnologia exigem uma crítica do capitalismo e sugerimos um desenvolvimento mais democrático das nanotecnologias.

Noela Invernizzi, Josemari Poerschke de Quevedo e Chiara Carrozza

Qual é a ecologia dos saberes no desenvolvimento da nanociência em Portugal?

Esta comunicação avalia as prioridades dos projetos de investigação em nanociência classificados para financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) entre 2000 e 2014. A partir da Ecologia dos Saberes, de Boaventura de Sousa Santos (2010), que ressalta as diferentes experiências e práticas na construção do conhecimento, este artigo: a) confronta as prioridades de desenvolvimento; b) discute a abordagem das relações entre saberes e as hierarquias vista a posição de Portugal dentro da OECD no designe políticas para nanotecnologia; e c) examina aspectos internos sobre temas e região. Constata-se que as áreas da hardsciencesão muito superiores quantitativamente comparadas às ciências sociais e humanas para uma área científica convergente. Argumentamos que o papel do Estado se concentrou na organização de chamadas de investigação, em detrimento da condução planejada, e que a organização do campo tendeu ao potencial institucional dos centros de pesquisa e universidades.

Sala 4.4

Moderação: António Casimiro Ferreira

9h00-10h30

Marina Andrea von Harbach Ferenczy

Lei 13.123/2015: Exemplo concreto do caráter ambivalente da juridicização – uma análise à luz da antropologia jurídica

Este trabalho analisa os principais pontos considerados como controversos da Lei brasileira de acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados (Lei 13.123/2015), que colocam em evidência o fato de que a referida norma constitui um exemplo concreto do caráter ambivalente do processo de juridicização. Como a abordagem se dá à luz da antropologia jurídica, inicialmente o trabalho analisa o potencial crítico da disciplina, tanto no que se refere aos aportes que fornece à uma análise descentrada e não etnocêntrica das categorias ocidentais, quanto no que concerne à sua capacidade de colocar em evidência relações de dominação entre grupos. Em segundo lugar, o artigo traz os principais aspectos da lei que mais denunciam seu caráter ambivalente. Na sequência, faz-se uma análise acerca da utilização da lei 13.123/2015 com a finalidade de pilhagem. Por fim, dialoga-se com o pensamento do Professor da Universidade de São Paulo (USP) Dr. Orlando Villas Bôas Filho sobre o fato de que, não raras vezes, o processo de juridicização pode acabar por atender interesses contrários aos dos povos indígenas.

Roberto Almanza Hernández

Vivir la historia y la política según Walter Rodney

¿Qué fue de Walter Rodney?; ¿quién lo recuerda? Una de las mentes más brillantes del Caribe, el historiador que le hablaba a los explotados y oprimidos, el militante nacionalista anticolonial, el orador del Black Power caribeño, el panafricanista socialista, el marxista negro. Esta ponencia pretende dar cuenta de la praxis política del historiador y activista político guyanés. La presentación está compuesta por tres momentos de la vida de Rodney, en que se aprecia su manera de concebir la historia como instrumento para la liberación de los africanos y su diáspora. Dando cuenta de los movimientos de Rodney en lo teórico y político a partir de su concepción original del marxismo y su uso dialéctico de la clase/raza en tres contextos: Jamaica, Tanzania y Guyana. El objetivo principal de traer a Rodney a la conversación, es dar a cuenta del gran legado de este radical negro del Caribe y de la vigencia de su política para pensar y actuar en nuestro presente.

Germán Medardo Sandoval Trigo

Descolonizar las epistemologías del Sur

El giro del siglo XXI tanto en centro como periferia se ha concentrado sustancialmente en la hegemonía en las principales estructuras sociales. Particularmente, las estructuras políticas, jurídicas, económicas y científicas han virado hacia una reproducción de un paradigma tendiente a la continuación del capitalismo en su expresión neo-liberal. Por tanto, la reflexión de la realidad social desde las ciencias sociales está obligada a realizar una crítica interna sobre el desarrollo de las epistemologías del Sur, sus alcances y relación con la realidad que vive fuera de la investigación. La propuesta pretende un diálogo desde diferentes ejemplos de la praxis y resistencia social en la periferia, en el campo jurídico y político, a fin de establecer la relación de las epistemologías del Sur con la representación de los resultados de las investigaciones y la realidad social vivida, sus problemas y limitaciones en cuanto transformaciones.

Sandra Rudman

Decolonizar el sujeto ocultado de la epistemología eurocéntrica

Ha sido argumentado por B. de Sousa Santos que la separación naturaleza-sociedad posibilitó la expansión del capitalismo. Si bien esa dualidad cartesiana forma globalmente el fundamento de los procesos socio-económicos capitalistas, la dualidad filosófica de la separación cuerpo-mente fundamenta la producción de conocimiento hegemónico y los procesos epistemológicos y cognitivos. Sin embargo, de la herencia cartesiana, un detalle sustancial cayó oportunamente en el olvido: la paradigmática exclamación “Cogito ergo sum” fue hecho por un sujeto en primera persona. Mi ponencia establece la problemática de la desaparición del “yo”, presente en esta fórmula, e investiga su impacto tanto en un nivel semiótico de la representación, como en un nivel fenomenológico de la experiencia. Luego pretendo introducir la subjetividad no-dual del embodied self, una subjetividad performativa en vez de logocéntrica, del cual una práctica descolonizadora de producción de conocimiento puede tener lugar.

10h30-11h00 Intervalo para café

Moderação: Paula Abreu

11h00-12h30

Aluizio de Azevedo Silva Junior

O método fílmico e sua aplicação como tradução intercultural e interpolítica na pesquisa em comunicação e saúde

Esta comunicação se ancora num diálogo entre os estudos anticoloniais, via Epistemologias do Sul (Santos, 2016) e os Estudos Culturais e Estudos Semiológicos via modelo da Comunicação como Mercado Simbólico (Araujo, 2002). Tendo como eixos organizadores as desigualdades sociais e as mediações das políticas públicas de saúde para ciganos no Brasil e em Portugal; apresentamos uma metodologia que utilizou o audiovisual como possibilidade de aplicação do conceito de Tradução Intercultural e Interpolítica (Santos, 2007 e 2017). Partindo da antropologia compartilhada (Jean Rouch), destacamos os desafios na aplicação de uma matriz fílmica baseada na Ecologia de Saberes entre conhecimentos científicos e conhecimentos ciganos. Comprovamos a pertinência da aplicação do conceito de Tradução para a produção de um conhecimento emancipatório e entre as inovações do nosso trabalho está a concretização do início de um intercâmbio de saberes entre os movimentos políticos ciganos brasileiro e português.

Orlando Vieira Francisco

Descolonizando a Cartografia nas Artes Visuais através do Ativismo Ambiental

Neste artigo propõe-se uma exploração da relação entre políticas coloniais, economia e evolução da paisagem através da cartografia como material da prática artística enquanto devir de desconstrução da atual conjuntura em que vivemos. Aqui também se integram reflexões sobre obras gráficas que mostram danos ou reproduzem um sistema conciso, cartesiano e abissal ao descrever posições políticas de um processo histórico. Para tal, serão examinados o pensamento cartográfico através da obra “Übersicht” (1998) de Gerhard Richter em que faz um panorama da produção histórica de conhecimento na Europa, a obra “América Invertida” (1943) de Joaquín Torres García e um estudo cartográfico sobre a tragédia ambiental de Mariana, Brasil, em 2015, que inclui o defrontar de resistência para a produção de um espaço social diante do cenário de visão global, unificado e de reforma política das questões sócio-ecológicas que favorece a indústria extrativa.

Sarah Carmona

“J’ai le Rom-en-Songé”. Descolonizar las artes. El paradigma gitano en el Louvre y el Prado. Motivos, “topoi” y genealogía de la fábrica de la exterioridad.

A la vez dentro y fuera de los marcos normativos que rigen los modos de elaboración y de transmisión del conocimiento, el pueblo romani se encuentran profundamente dificultado en el pleno ejercicio de “los tres poderes fundamentales del ser”, el poder de decir, de actuar y de reunir su propia vida en una narración inteligible e aceptable. Se ve deshecho de su deber de imputación, de su responsabilidad de cara al mundo y de su «potencia». Desde una perspectiva arqueológica foucauldiana, descolonial y situada, descifraremos la genealogía del deslizamiento del concepto de alteridad hacia el de exterioridad, apoyándonos en el estudio del motivo romani en las artes a través de las colecciones del Louvre y del Prado. El análisis del tratamiento pictográfico permite comprender como esos “topoi” respondieron del s. XV al XIX a imperativos religiosos, ético-morales y geopolíticos de la sociedad mayoritaria en una dialéctica oscilando entre presencia formal e ausencia ontológica. La llegada de los Gitanos, en la Europa del siglo XV, en plena cesura epistemológica, entre una edad hermenéutica moribunda y la edad del cogito naciente, condiciona un cambio radical en la consideración de las, constituyendo un ejemplo paradigmático de las dinámicas estructurales epistemicidarias e idiomidarias nacidas del limo de la «modernidad histórica».

12h30-14h00 Intervalo para almoço

Moderação: Ana Cordeiro Santos

14h00-15h30

Denise dos Anjos Mascarenha

Imaginando novas formas de produzir

A crise do capitalismo de 2008 expôs a contradição do sistema mundial do capital e iniciou um novo tempo histórico-social que contribuiu para o surgimento de um precário mundo do trabalho. Nesse interstício, surgem experiências não capitalistas de produção e de organização social que encontram limitações de consolidação na prevalência do mercado pelo Estado político, indicando assim que uma nova forma social, uma nova economia, só emerge por uma organização de luta da classe trabalhadora. Essa emancipação exige superar questões históricas, reconhecimento de saberes populares suas experiências. Imaginar novas formas de produzir significa, também, pensar novas formas de existir no mundo e o grande desafio é apreender as contradições sociais que não são lógicas, mas dialéticas. Na modernidade podemos considerar 3 principais fatores: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Quais desafios estão postos para a superação dessas dominações em empreendimentos produtivos não capitalistas?

Eliane Ribeiro Pereira

A ITCP e os empreendimentos solidários: trabalho, renda e cidadania

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) é um programa de extensão universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ). Foi concebida em 1995, como um centro de tecnologia capaz de disponibilizar os conhecimentos e os recursos acumulados na universidade pública para gerar, por meio do suporte à formação e desenvolvimento (incubação) de empreendimentos solidários auto gestionários, alternativas de trabalho, renda e cidadania para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social e econômica. A metodologia da ITCP possui duas vertentes principais: o empreendimento (viabilidade cooperativa e viabilidade econômica) e o indivíduo (inserção econômica, política e social); sendo desenvolvida a partir de 05 eixos: cidadania, mercado, gestão, tecnológico e financeiro. A incubação promove a inclusão econômica e cidadã, e consequente melhoria da

qualidade de vida de grupos vulneráveis, tendo sempre em vista a busca da sustentabilidade do empreendimento.

Hugo Pinto e Fábio Sampaio

Reflexões sobre Especialização Inteligente e Mudança Estrutural das Regiões

Influente no actual quadro de política regional europeia 2014-2020 e na reflexão em curso para a programação do período pós-2020, as estratégias de especialização inteligente (RIS3) adoptam uma perspectiva sistémica de inovação, atribuindo importância central à selecção de domínios transformadores a serem apoiados por políticas públicas. Partindo da experiência Portuguesa e da tentativa de exportação do racional RIS3 para a América Latina, em particular para o Estado de Pernambuco no Brasil, a presente comunicação debate o potencial da especialização inteligente na definição de políticas de C&T e inovação. A reflexão sublinha as restrições para a sua implementação ser bem-sucedida. Estas restrições articulam-se com vários aspectos, três deles a escrutinar nesta comunicação: a (re)definição de prioridades estratégicas da região, os mecanismos de governança partilhada para a descoberta empreendedora, o papel do Estado na mudança estrutural da economia.

Luís Fernando Santos Corrêa da Silva

A “nova classe média” no Brasil: dimensões conceituais de um debate recente

Este trabalho aborda o debate conceitual sobre o surgimento de uma “nova classe média” no Brasil, esforço que tem envolvido investigadores das ciências humanas e sociais. Autores como Elísio Estanque sustentam que as classes médias cumprem um papel de “zona de amortecimento de conflitos” nas sociedades capitalistas contemporâneas. No Brasil, o sociólogo Jessé Souza tem sustentado que a tese da “nova classe média” constitui uma espécie de “cegueira da percepção economicista”, visto que considera apenas a posse de recursos económicos como elemento definidor da posição de classes. Como desdobramento da necessidade de aprofundar o debate conceitual sobre a “nova classe média” no Brasil, considera-se essencial conhecer o universo simbólico que sustenta as visões de mundo dos grupos sociais que lograram mobilidade social ascendente para o estrato intermediário da estrutura de classes nos últimos anos.

Moderação: Sílvia Ferreira

15h30-17h00

Ações Afirmativas e desafios à descolonização do saber no Ensino Superior

Nilma Lino Gomes

As ações afirmativas reeducam a sociedade e a Universidade pública no contexto brasileiro

As ações afirmativas são políticas públicas e privadas cujo objetivo principal é corrigir desigualdades históricas que incidem sobre determinados segmentos da população garantindo equidade e promovendo a justiça social. No Brasil, a partir dos anos 2000, fruto do intenso protagonismo do Movimento Negro, elas passaram a ser adotadas na modalidade de cotas nas instituições públicas do Ensino Superior (IES), nas universidades privadas e nos concursos públicos federais de vários estados brasileiros. A entrada de um contingente de estudantes pobres, oriundos de escola pública, negros, indígenas e quilombolas na graduação e na pós-graduação das IES brasileiras, por meio das cotas, tem produzido mudanças simbólicas, políticas, pedagógicas e identitárias no Ensino Superior. Aprendizados sobre a diversidade, o racismo, os preconceitos têm sido construídos na relação entre os sujeitos diversos que dividem o mesmo espaço acadêmico. Tensões na relação entre o ‘eu’ e o ‘outro’, que antes não faziam parte do cotidiano das universidades, têm sido desencadeadas. Que aprendizados a sociedade e universidade brasileira têm construído nesse processo? Qual é o lugar das temáticas e interesses

trazidos pelos sujeitos das ações afirmativas nos currículos? Os seus conhecimentos são considerados enquanto tais no contexto da graduação e pós-graduação? A adoção das cotas tem impactado a gestão académica? Como? As IES brasileiras se tornaram, de fato, mais inclusivas? Consideramos que as respostas a estas e outras perguntas fazem parte de um processo de reeducação da sociedade e das IES desencadeado pela presença indagadora e crítica dos sujeitos das ações afirmativas.

Otto Vinicius Agra Figueiredo

Políticas afirmativas e de permanência estudantil nas universidades estaduais baianas

O trabalho é síntese do projeto de pesquisa de doutoramento em desenvolvimento e tem como tema as políticas de ações afirmativas e de permanência estudantil para estudantes cotistas (oriundos da rede pública e ensino, negros, indígenas, quilombolas e deficientes) nas universidades estaduais baianas (UNEB, UEFS, UESB e UESC). O objetivo geral é analisar o processo de implantação das políticas de ações afirmativas e permanência dos estudantes cotistas nas universidades estaduais baianas em seus contextos e entraves, bem como o nível de institucionalização que essas políticas ocuparam nessas instituições de ensino superior. Optou-se pela pesquisa qualitativa e a adoção do método de estudo de caso coletivo, indicado para compreender determinado fenômeno permitindo melhor teorização sobre a realidade empírica em análise. Teoricamente, o estudo optou pelos estudos pós-coloniais ou de(-)coloniais.

John Gledhill e Maria Gabriela Hita

A política do ódio no Brasil

Mesmo que o Brasil se destaque pelo ressentimento da classe média estabelecida pela ascensão social de cidadãos pobres e negros promovida pelos governos petistas, qualquer tipo de ressentimento que surja nas condições de vida cotidianas de sociedades desiguais se presta a ser instrumentalizado politicamente pela ultradireita. Contudo, é importante ir além de uma análise da política do ódio “desde cima para abaixo” que somente serve para reforçar a ideia de que as massas são sempre “manipuladas” ou enganadas por “discursos populistas”. Com base em pesquisas etnográficas, neste trabalho pretendemos oferecer uma perspectiva complementar “desde abaixo”. Nossa análise promove uma perspectiva que reconhece a “resistência” das classes populares às imposições dos mais poderosos, junto com sua capacidade de fazer suas próprias análises, mas também nos permite indagar sobre os limites de sua capacidade de resistir e as formas nas que a direita pode arraigar-se dentro de suas comunidades.

17h00-17h15 Intervalo para café

Moderação: Catarina Frade

17h15-18h30

Patricia Vieira

Paz entre as Espécies

Os seres humanos tendem a imaginar a sua relação com outros humanos e, concomitantemente, com todos os seres vivos, como um estado de guerra. Esta forma de pensar leva-nos a considerar que os animais e as plantas estão constantemente envolvidos numa luta pela sobrevivência, tanto ao nível individual como da espécie. Sob este prisma, a humanidade apenas segue uma tendência generalizada da vida como esforço para sobreviver que justifica o domínio dos outros habitantes do planeta. Nesta comunicação, sugiro que concebamos as relações entre espécies do ponto de vista da paz e não da guerra. Poderão o “lobo e o cordeiro pastar juntos / e o leopardo repousar junto com o cabrito,” como nos diz o Velho Testamento na sua alegoria de paz na terra?

Conseguirão os humanos viver em paz com os não-humanos? Utilizarei a teoria do cosmopolitismo para formular uma noção de paz entre espécies como alternativa à guerra de todos contra todos que caracteriza as nossas relações com os outros seres vivos.

Andrés Jurado U.

Bienvenidos Conquistadores Interplanetarios y del Espacio Sideral

En su diario Neil Armstrong recuerda su entrenamiento en las selvas del Darién en los años 60's. Neil y su compañero se encuentran de repente con un indígena, después de que este se va, los invade un terror por haber intercambiado con él algo a lo que se le puede agotar la tinta, y ¿qué pasa si se le acaba la tinta al marcador antes de que salgamos seguros de esta zona? esta imaginación antropológica revela una idea sobre el territorio y sus habitantes que tienen los astronautas en su construcción biográfica, además desenmascara relaciones históricas invisibles entre territorios y gobiernos. Este ensayo aporta a la comprensión de la influencia de la carrera aeroespacial y su injerencia en las construcción de una noción de globo en territorio Colombiano, Se pregunta por cómo la dualidad astronauta-indígena, cambió la percepción y la comprensión de la tierra, del territorio y se articuló con mitos coloniales, en una aproximación a una historia de la tierra vista desde el espacio.

Vivian Grace Fernandez Davila Urquidi

Novas perspectivas para o pensamento crítico brasileiro sobre a América Latina

Os intelectuais brasileiros tiveram destacado protagonismo principalmente nos anos 1960 e 1970, na produção de conhecimento crítico sobre a região em questões como o desenvolvimento e a dependência. As ditaduras e o exílio destes intelectuais motivaram os laços de solidariedade entre os pensadores da região o que, no caso brasileiro, permitiu a disseminação do que no país se produzia sobre a América Latina. Iniciado o processo de redemocratização nas últimas décadas do século XX, porém, novos cenários políticos e econômicos levaram a academia brasileira para novas problemáticas locais, enquanto a América Latina ficou circunscrita às arenas das estratégias governamentais de integração econômica regional. Nos anos recentes, entretanto, observa-se forte re-emergência de centros de pesquisa especializados sobre a América Latina no Brasil. Neste trabalho analisamos o percurso do pensamento crítico brasileiro e algumas linhas e tendências desse pensamento no momento atual.

Moderação: Hermes Costa

18h30-20h15

Lucas Carmo Pignaton

A produção da inexistência dos Okupas: em busca de outros saberes

Como descrito na Declaração Universal de Direitos Humanos, tem-se que a moradia é um direito que deve ser efetivado pelos Estados Democráticos de Direito. No entanto, apesar da previsão de tal garantia fundamental, surge, na Europa, o movimento dos Okupas (ou Squats), movimento social que também encontra terreno fértil no Brasil, nos anos 1990. Essa organização tem o objetivo de atuar diretamente contra a crise urbanística nas grandes cidades, bem como fazer intervenções diretas nos grandes centros, ocupando edificações urbanas que estejam abandonadas ou que não atendam a função social da propriedade. Os Okupas possuem caráter anarquista, que prega uma vida afastada o máximo possível da propriedade privada e hierarquia. A principal ótica a ser utilizada nessa análise será do Professor Boaventura de Sousa Santos, por meio da produção da não-existência e pluralismo jurídico, uma vez que o Okupas quebra política, econômica e socialmente com a cultura dominante vigente.

Luiz Fernando Bazílio Beccalli e Gilsilene Passon Picoretti Francischetto

A alteridade: limites e possibilidades de desinvisibilização da população em situação de rua

O modelo da sociedade atual acaba por desconsiderar o outro e se tornar muito egoísta. O esquecimento do outro carrega consigo a indiferença social, sobretudo para com a população em situação de rua. O que o Estado oferece já abre caminho para a execução de Políticas Públicas compromissadas com uma ética que enxergue o indivíduo em situação de rua não como um estrangeiro (alius) mas como um outro que é reflexo do eu (alter). Adotando os conceitos de Boaventura, as pessoas em situação de rua estão longe do grupo da “sociedade civil íntima”. Estão concentradas no grupo da “sociedade civil incivil. A população em situação de rua está na sociedade dos excluídos e quando se encontra com a sociedade civil íntima se reconhece como quem é estranho, como quem é alius e não alter. O reconhecimento do indivíduo que está em situação de rua como um alter (que se assemelha ao eu) vem pela ética da alteridade de Lévinas, ponto crucial para aplicação de políticas públicas eficazes.

Verônica Gonçalves Azeredo

Itinerários de Proteção Social das Famílias em Território Vulnerável

A pesquisa “Itinerários de Proteção Social das Famílias em Território Vulnerável” foi realizada num bairro de uma das cidades do norte do Rio de Janeiro/Brasil. Os objetivos consistiram na identificação da família na constituição das territorialidades da proteção doméstica e do entorno residencial e na apreensão de alternativas ao campo da proteção social pública. A metodologia, de caráter quanti-qualitativo baseou-se na realização de um Inquérito de Base Populacional e no recurso História Oral. A pesquisa orientou-se pelo diálogo entre os campos da Sociologia, Antropologia, História, Geografia Cultural e Humanista. Os resultados apontaram para territorialidades familiares nos percursos ligados ao bairro, a casa, a família, o trabalho e os mecanismos protecionistas formais e informais. A justificativa da relevância social e científica da referida pesquisa, baseia-se na noção de que a relação mundo-lugar é recíproca, pois cada lugar possui elementos de uma razão global e vice-versa.

Fábio Sampaio e Hugo Pinto

Necessidades e respostas a desafios societais no Espaço Atlântico: Uma perspetiva comparada a partir de experiências de inovação social

A inovação social pode ser considerada como um processo de desenvolvimento e implementação de novas ideias para responder a novos desafios explícitos ou latentes utilizando conhecimento compartilhado e co-produzido que seja inovador tanto nos seus fins como nos seus meios. Desta forma, a inovação social, será então a aplicação de novas ideias, produtos, processos ou tecnologias, que atendam a necessidades existentes. A relevância atual do conceito resulta do facto das sociedades contemporâneas enfrentarem problemas sem precedentes que põem em risco a economia e o modelo social. Estes problemas terão de ser encarados não como meras questões inquietantes, mas também, como oportunidades para a implementação de novas formas e métodos de inovação social. A inovação social, desde o início do novo milénio tem vindo a entrar na agenda política da União Europeia, sendo neste momento um dos núcleos estratégicos da Europa 2020. O Espaço Atlântico Europeu, não foge a esta questão, apresentando especificidades próprias segundo os seus países e regiões. Com a finalidade de analisar o processo e contexto da inovação social no Espaço Atlântico, de forma integrada e sistemática é necessário olhar atentamente para as dimensões que podem influenciar as condições e o potencial para a geração de inovação social.

Gilsilene Passon Francischetto

Um olhar no caleidoscópio da igualdade e da diferença das pessoas com deficiência: da exclusão da escola como óbice à exclusão do mercado de trabalho

A Constituição de 1988 ampliou consideravelmente os Direitos Fundamentais dos trabalhadores proibindo qualquer tratamento discriminatório para a admissão, permanência ou mesmo terminação do contrato de trabalho. Mas é preciso questionar os avanços normativos no campo do reconhecimento das diferenças e, ao mesmo tempo, os parâmetros de “normalidade” que marcam o ambiente laboral, em especial as discriminações das pessoas com deficiência. Partiremos da análise de Boaventura de Sousa Santos quando salienta que “o pensamento ocidental é um pensamento abissal”, ao referir-se às linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos, quais sejam, o do lado de cá da linha que seria o território do contrato social, dos direitos e onde se construiu o paradigma da modernidade ocidental, fundada na tensão entre regulação e emancipação. No entanto, do lado de lá da linha encontra-se todo um campo em que as leis de cunho liberal não são aplicadas e onde prevalece uma outra lógica que é a da apropriação e violência, em que temos grupos inteiros invisibilizados (produzidos intencionalmente como inexistentes).